

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DOMINGOS MORADOR DA SILVA

**O INCREMENTO DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE A
GUINÉBISSAU E A CHINA: VANTAGENS E BENEFÍCIOS**

SANT'ANA DO LIVRAMENTO

2023

DOMINGOS MORADOR DA SILVA

**O INCREMENTO DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE A
GUINÉBISSAU E A CHINA: VANTAGENS E BENEFÍCIOS**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa Como Pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

**SANT'ANA DO LIVRAMENTO
2023**

DOMINGOS MORADOR DA SILVA

**O INCREMENTO DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE A
GUINÉBISSAU E A CHINA: VANTAGENS E BENEFÍCIOS**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa Como Pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29/11/2023.

Banca examinadora:

Prof. O Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador (UNIPAMPA)

Profa. A Dra. Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Profa. A Dra. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho ao meu pai João Morador da Silva (in memoriam), que me ensinou como se reerguer diante das adversidades da vida, e à minha querida mãe Nhanha Gomes (in memoriam), cujo empenho em me educar sempre veio em primeiro lugar, aqui estão os resultados dos seus esforços. Com muita gratidão.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço ao Senhor Deus por ter me dado a Saúde e forças durante este processo, meu agradecimento a minha querida irmã Nina da Silva, que desde sempre me deu apoio e incentivos, não conseguiu terminar o ensino médio devido a dificuldades que enfrentávamos na época e acabou desistindo, desde então me apoiou, o apoio dela foi muito determinante sobretudo no meu último ano do ensino médio porque o meu tio estava doente e não teria como me auxiliar, a minha irmã ajudou muito no pagamento das propinas e também no meu primeiro ano do Curso Superior na Escola Normal Tchico Tè em Bissau, aos meus tios que também foram determinantes neste processo, ao tio Mario Joaquim, meu encarregado de educação desde a sexta série (Sexta Classe), ao tio Armando Albino Arafã, pelo apoio incondicional, ao meu primo Jorge Gomes da Silva, ao meu amigo da Guarda Nacional da Guiné-Bissau, Miguel Landim, que me deu muito apoio custeando o meu curso de Informática Médio em Bissau, que foi muito importante na minha formatação nessa era digital, ao seu irmão Ito landim, que foi o meu professor e que pelo qual serviu de ponte para nos conhecermos, ao meu primo Rui Sana Gomes pelo encorajamento e apoio, ao meu cunhado Augusto Gomes pelo apoio, atenção e carinho, meu muito obrigado; ao mano Júlio Cá e a Taise Cá que foram a minha primeira família no Brasil, a Taise pelo apoio e ajuda sobretudo nos primeiros tempos, lembro que quando cheguei a Taise já providenciou quase tudo, um dia na Daienter estavam se organizando para me ajudar com algumas coisas, ai me perguntaram, tem cobertor? disse que sim, a Taise me deu, tem notebook? sim, a Taise me emprestou, ai disseram, mas se não tinha Taise o que seria de você, pareceu engraçado mas ela me deu quase tudo, agradeço muito de coração, o mano Júlio foi o meu suporte e conselheiro, os conselhos dele me ajudou bastante a suportar e ultrapassar algumas dificuldades ao longo do curso, meu muito obrigado, a minha amiga Yasmin Sousa Gonella e sua mãe Adriana Bernardino pela atenção e carinho, agradeço de coração; aos Professores Daniel Mesquita e Debora Nayar Hoff pelo apoio, ao Rafael de Castro, ao Alberto Ussene pelo apoio durante esse processo, a Mãe Janice que me deu atenção, apoio e carinho desde os primeiros tempos, meu muito obrigado, a minha querida amiga Jessica Dayana Blanco pelo apoio incondicional, e sua Mãe, agradeço de coração, e a Yasmin Rodrigues Vares pela atenção e carinho.

Estendo esse agradecimento especial ao meu orientador, o Professor Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento por aceitar o meu trabalho de pesquisa, pelas correções, incentivos e motivações durante todo o processo, meu muito obrigado, aos departamentos do campus, a todo o pessoal da Diretoria de assuntos institucionais (Daienter), em especial a Meiry, Claudia, e

Fernanda Mendes, a todo o pessoal do Núcleo de desenvolvimento educacional (Nude), em especial a Dona Ruth que me auxiliou desde o meu País até a minha chegada ao Brasil, me orientando, a minha matrícula foi feita pela procuração em nome dela, agradeço imensamente por tudo, e ao assistente social, o Alan da Silva, meu muito obrigado, ao pessoal da Biblioteca pela atenção e carinho, em especial a Sacha Valesca Rodrigues Gomes pelo apoio, atenção e carinho, ao pessoal da Secretaria acadêmica, meu muito obrigado, a todos os terceirizados, pessoal da limpeza, da manutenção, os porteiros, em especial aos porteiros da Moradia estudantil João de Barro, ao Claudio Gustavo de Sousa Goulart (Tavinho) que foi que nem um pai para gente, ao Marcio Peixoto, ao Marcio Flores que me recebeu quando da minha chegada, meu muito obrigado pela atenção e carinho, por último e não menos importante, agradeço ao Programa de Estudante convênio de Graduação-PEC-G que me permitiu cursar o Ensino Superior, a Universidade Federal do Pampa e a todos os professores do meu curso e a todos os professores do campus pela elevada qualidade do ensino oferecido, a todos que participaram direta ou indiretamente no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado, meu muito obrigado.

“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível”.

Max Weber

RESUMO

Nos últimos anos, destacam-se importantes transformações tanto no âmbito internacional, marcadas pelo fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, a queda do muro de Berlim, do socialismo no cenário guineense, marcada pela abertura ao multipartidarismo e a adaptação da economia de mercado, formalizada pela constituição de 1984. Desde o fim da Guerra Fria, a preocupação estratégico-militar tem recuado no cenário das discussões internacionais e outras dimensões como a econômica, política, social, entre outras, passam a ocupar um espaço amplo na agenda internacional. Os debates sobre integração, cooperação, parceria, entre outros, polarizam a agenda dos Estados na atualidade, a cooperação aparece como um dos meios e solução para a exposição da imagem dos diversos países e uma das formas para a expansão do mercado além-fronteiras. o Incremento das Relações Económicas entre a China e a Guiné-Bissau: Vantagens e Benefícios, discute as relações que esse país asiático desenvolve com a Guiné-Bissau nesse setor, objetivo principal visa analisar a evolução econômica deste País africano desde os anos de 2000 a 2022 resultante dessa parceria de cooperação, e também tentar identificar os setores que mais beneficiam do investimento do gigante asiático. Os dois países mantêm relações diplomáticas desde os anos de 1960, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram os seus primeiros encontros ainda nessa década, as aproximações entre o Partido africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido Comunista Chinês (PCC) tinham como foco fornecer apoio tanto política, como ideológica, com o intuito de expulsar os colonizadores portugueses deste país africano. As relações entre ambos os países se oficializaram depois da independência da Guiné-Bissau nos anos de 1973. Desde então, as relações de cooperação entre ambos os países têm crescido bastante nos diversos setores, e a China tem apoiado a Guiné-Bissau principalmente nos setores prioritários com o intuito de alavancar a economia deste país africano.

Palavras-Chave: Cooperação Internacional, Acordos Bilaterais, Guiné-Bissau-China, China-África.

ABSTRACT

In recent years, important transformations have stood out both at the international level, marked by the end of the Cold War and, consequently, the fall of the Berlin Wall, of socialism in the Guinean scenario, marked by the opening to multipartyism and the adaptation of the market economy, formalized by the 1984 constitution. Since the end of the Cold War, strategic-military concerns have receded from the scene of international discussions and other dimensions such as economic, political, social, among others, have started to occupy a large space on the international agenda. Debates on integration, cooperation, partnership, among others, polarize the agenda of States today, cooperation appears as one of the means and solution for exposing the image of different countries and one of the ways to expand the market across borders. the Increase in Economic Relations between China and Guinea-Bissau: Advantages and Benefits, discusses the relations that this Asian country develops with Guinea-Bissau in this sector, the main objective aims to analyze the economic evolution of this African country since the years 2000 to 2022 resulting from this cooperation partnership, and also try to identify the sectors that benefit most from the Asian giant's investment. The two countries have maintained diplomatic relations since the 1960s, the Chinese Communist Party (PCC) and the political leadership of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) had their first meetings in that decade, the rapprochement between the Party African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) and the Chinese Communist Party (PCC) focused on providing both political and ideological support with the aim of expelling the Portuguese colonizers from this African country. Relations between both countries became official after the independence of Guinea-Bissau in 1973. Since then, cooperative relations between both countries have grown significantly in different sectors, and China has supported Guinea-Bissau mainly in the sector's priorities with the aim of boosting the economy of this African country.

Keywords: International Cooperation, Bilateral Agreements, Guinea-Bissau-China, China-África.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produto interno Bruto (PIB) por setor em percentagem (2006-2011)	43
Quadro 2: Empresas Chinesas do setor agrícola na Guiné-Bissau a partir de 2019	44
Quadro 3: Obras Realizadas pelo governo chinês na Guiné-Bissau	51
Quadro 4: Produção ou Capturas realizadas na Zona Econômica Exclusiva da Guiné-Bissau por espécies em toneladas entre os anos de 2010 e 2015	54
Quadro 5: Navios Chineses Aprisionados na ZEE da Guiné-Bissau pela Equipe da Fiscalização Marítima, entre 2006 e 2017.....	56
Quadro 6: Golpes e Transições na Guiné-Bissau 1973-2012	69
Quadro 7: Principais visitas da liderança chinesa a Guiné-Bissau	77
Quadro 8: Tabela-Principais visitas de liderança guineense a China	77
Quadro 9: Taxa de desemprego em por cento de 2000-2022	79
Quadro 10: Desenvolvimento do Produto Interno Bruto em milhões de dólares de 2001-2020	80
Quadro 11: Desenvolvimento das importações e exportações em milhões de dólares de 2000-2020	81
Quadro 12: Mudança de pontuação 2012-2022	82

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Regiões da Guiné-Bissau	61
Mapa 2: Regiões e setores da Guiné-Bissau.....	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA	14
3. REVISÃO DE LITERATURA	17
3.2. A INTERPRETAÇÃO NEOFUNCIONALISTA	17
3.3. INTERPRETAÇÃO INSTITUCIONALISTA NEOLIBERAL	18
4. FÓRUM CHINA-ÁFRICA	21
4.1. LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DA CHINA	26
4.2. A POLÍTICA AFRICANA DA CHINA	29
4.3. REALIZAÇÕES DA CHINA EM ALGUNS PAÍSES AFRICANOS	38
5. PRETENSÕES DA CHINA A NÍVEL GLOBAL	40
5.1. EVOLUÇÃO ECONÓMICA DA GUINÉ-BISSAU: ACORDOS BILATERAIS NA ESFERA ECONÔMICA.....	40
5.2. SETOR AGRÍCOLA	41
6. SETOR COMERCIAL	46
6.1. SETOR DAS OBRAS E INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS	48
6.2. SETOR DA PESCA	51
6.3. A COOPERAÇÃO ENTRE A GUINÉ-BISSAU E A CHINA: ACORDOS BILATERAIS, DISCURSOS OFICIAIS/VISITAS, E OS DADOS (ÍNDICES) DO DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU.....	59
7. CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU	59
7.1. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU	61
7.2. GOLPE MILITAR DE 1980, E O ROMPIMENTO COM CABO-VERDE	64
8. CONTEXTO GERAL DAS RELAÇÕES SINO-GUINEENSE	70
8.1. ANÁLISE SOBRE ACORDOS BILATERAIS ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ- BISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	71
8.2. DISCURSO OFICIAIS/VISITAS DAS AUTORIDADES GUINEENSES E CHINESES	75
9. DADOS/INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU	79
9.1. RENDA E PODER DE COMPRA NA GUINÉ-BISSAU.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
APÊNDICES	93
ANEXOS	94

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, destacam-se importantes transformações tanto no âmbito internacional, marcadas pelo fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, a queda do muro de Berlim, do socialismo no cenário guineense, marcada pela abertura ao multipartidarismo e a adaptação da economia de mercado formalizada pela constituição de 1984. Desde o fim da Guerra Fria, a preocupação estratégico-militar tem recuado no cenário das discussões internacionais e outras dimensões como a econômica, política, social, entre outras, passam a ocupar um espaço amplo na agenda internacional. Os debates sobre integração, cooperação, parceria, entre outros, polarizam a agenda dos Estados na atualidade, a cooperação aparece como um dos meios e solução para a exposição da imagem dos diversos países e uma das formas para a expansão do mercado além-fronteiras. Neste cenário, assistimos o incremento das relações entre a China e diversos países, mas para o nosso estudo, grande realce vai para as relações que esse país asiático desenvolveu com a Guiné-Bissau.

Como nos ensina Infante (2020), a República Popular da China mantém relações diplomáticas com a República da Guiné-Bissau desde os anos de 1960, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram os seus primeiros encontros ainda nessa década. Ainda segundo o pesquisador Infante, as aproximações entre o Partido africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido Comunista Chinês (PCC) tinham como foco, fornecer apoio tanto política, como ideológica, com o intuito de expulsar os colonizadores portugueses deste país africano. As relações entre ambos os países se oficializaram depois da independência da Guiné-Bissau nos anos de 1973, que foi reconhecida em 1974 pelo governo português, (Infante, p.15, 2020).

A Guiné-Bissau possui uma economia bastante debilitada e, por essa razão tem estabelecido acordos de cooperação com os países fortes sob ponto de vista econômico visando proporcionar o bem-estar e um padrão de vida melhor para a sua população que vive abaixo do limiar da pobreza, com praticamente metade das pessoas possuindo algo em torno de US\$ 1,25 por dia, segundo os dados levantados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010). Nesse sentido, podemos dizer que o país se tornou um terreno fértil para os doadores e os exportadores de “ajuda” internacional para o desenvolvimento. Ou seja, de celebração de acordos de cooperação visando a superar as dificuldades em diferentes áreas: econômica, política e social. Este País africano vem estabelecendo uma série de relações de cooperação com vários países do mundo. Um dos países que têm se destacado é a República

Popular da China, tendo se destacado como um parceiro forte no âmbito bilateral em termos de concessões de ajuda e de apoio para a Guiné-Bissau, em diversas áreas. As relações de cooperação entre ambos os países continuam crescendo nas diversas áreas como a agricultura, comércio, educação, saúde, turismo e entre outros, segundo aponta o embaixador da República Popular da China na Guiné-Bissau, Guo Ce numa entrevista concedida aos órgãos de comunicação guineense em janeiro de 2022.

Este estudo também analisa a dinâmica da cooperação e integração à luz da interpretação das teorias das relações internacionais e sua contribuição para o entendimento dos processos de integração e cooperação.

No que concerne à organização da pesquisa, está dividido em quatro (4) capítulos. Onde, no primeiro capítulo apresentamos mais detalhadamente as teorias usadas para o trabalho, com seus principais pressupostos teóricos e suas principais expectativas acerca dos processos de cooperação e integração regional.

No segundo capítulo, abordamos acerca da cooperação existente entre a China e os países do continente africano e, trazemos alguns exemplos de realizações levadas à cabo em alguns países do continente, com fundos provenientes da cooperação e do investimento chinês.

No terceiro capítulo, respondemos à questão, objetivo geral que nos propusemos para a realização do presente estudo.

No quarto capítulo, respondemos às questões dos objetivos específicos e pressupostos hipotéticos a que nos propusemos para a realização do presente estudo. E, finalmente apresentamos as considerações finais e recomendações. Temos como questão de partida o seguinte: Em que sectores a Guiné-Bissau se beneficiou através de investimentos oriundos da China?

Para o estudo temos como pressupostos hipotéticos os seguintes: A República da Guiné-Bissau registou fortes índices de desenvolvimento nos setores agrícolas, construção civil, Saúde, educação, Pesca e turismo a partir do estreitamento das suas relações com a República Popular da China desde os anos de 2000.

Para melhor justificar o Trabalho, diante de vários momentos difíceis que a República da Guiné-Bissau tem vivido desde a sua independência em 1973, tanto económica e social e como no desenvolvimento, é um país em desenvolvimento e que carece de recursos financeiros devido a constantes problemas político-militar que tem sofrido nos últimos anos, nessa ótica tem estreitado laços de cooperação nas diversas áreas com vários países, em especial a República Popular da China. Optou-se por esse tema devido a sua importância, para melhor entender sobre o Incremento das relações entre ambos os países, acredita-se que o mesmo ainda

não foi explorado e possa contribuir para futuras pesquisas e para o debate relativo a assuntos de cooperação entre a China e os países africanos, devido a sua presença em África e não só, mas como um ator relevante no cenário internacional. A escolha da China baseia-se em três princípios, nomeadamente: a sua ascensão como nova potência econômica global; a necessidade de aquisição de matéria-prima e, por ela se apresentar aos países mais pobres em geral, como ajuda filantrópica, solidária, desinteressada. O Incremento das Relações Internacionais entre a Guiné-Bissau e a China, é um tema muito importante para a academia das Relações Internacionais tanto da Guiné-Bissau, como para a academia das Relações Internacionais do Brasil pelo seu ineditismo, porque permitirá analisar melhor o crescimento das relações de cooperação entre esses dois países amigos (Guiné-Bissau-China) nas diversas áreas em especial, comercial, Saúde, agrícola, educação, construção e turismo.

Neste contexto, o objetivo geral é analisar a evolução econômica da Guiné-Bissau oriundo da parceria com a China entre 2000 e 2022. Em relação aos objetivos específicos, elencam os seguintes: a) Analisar o teor dos acordos bilaterais entre a Guiné-Bissau e a China entre 2000 e 2022; b) Identificar quais acordos visam promover o desenvolvimento de setores da economia da guineense através da parceria com a China; c) Analisar discursos oficiais das autoridades da Guiné-Bissau entre 2000 e 2022 tratando da parceria do país com a China; d) Apresentar os dados/índices econômicos, comerciais e de desenvolvimento da Guiné-Bissau entre 2000 e 2022 resultante do incremento das relações com a China.

2 METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos, Para melhor alcançar o objetivo do presente estudo, o método a ser utilizado será qualitativo, Segundo Goldenberg, (1997), p. 34), a pesquisa qualitativa não se preocupa com a quantidade ou representação numérica, mas, em trazer informações pertinentes para melhor compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Para Gil (1999), o recurso à abordagem qualitativa permite aprofundar questões relativas ao fenômeno em estudo, bem como as suas relações, valorizando o contato direto com a realidade, buscando-se o que era comum, mas ficando aberto para perceber as particularidades.

Como nos ensina Triviños (1987), a abordagem qualitativa trabalha os dados tendo em vista a busca de seu significado, recorrendo a percepção do fenômeno num determinado contexto. O recurso a descrição objetiva a busca não só da aparência do fenômeno, bem como da sua essência, procurando uma explicação relativa à: origem do fenômeno, relações e mudanças, suas consequências. É desejável que a pesquisa qualitativa tenha como característica a busca por:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participaram do estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.)” (p.132).

Denzin e Lincoln (2000) referem que na pesquisa qualitativa os pesquisadores estudam coisas no seu cenário natural, procurando perceber e interpretar os fenômenos de acordo com a visão ou significado que as pessoas atribuem ao mesmo. Para (Deslauriers, 1991, p. 58), na pesquisa qualitativa, o cientista é sujeito e objeto ao mesmo tempo de suas pesquisas, o desenvolvimento da pesquisa é imprevisível, e o pesquisador tem um conhecimento limitado e parcial. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. Os procedimentos e as técnicas a serem utilizados, serão de análise das informações, dos depoimentos coletados nos materiais de pesquisa como matéria-prima, extraindo assim as ideias Principais para a melhor compreensão da pesquisa (ibid).

Os pesquisadores que utilizam esse método qualitativo, buscam de alguma forma explicar o porquê das coisas, detalhando o que convém ser feito, mas não quantificam os valores

e as trocas simbólicas nem se submetem à provas destes fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

No que concerne à fundamentação teórica, para melhor fundamentar a pesquisa, apresentaremos as teorias usadas para o trabalho, com seus principais pressupostos teóricos e suas principais expectativas acerca dos processos de cooperação e integração regional. A Política Externa guineense em relação à China apresenta traços claros neofuncionalistas, o que facilita a composição de interesses e o aprofundamento da cooperação.

De acordo com o neofuncionalismo, níveis crescentes de interdependência conduzem a um processo contínuo de cooperação. Nas palavras de Ernst HAAS, um dos principais representantes do neofuncionalismo, “decisões prévias transbordam (spillover) em novos contextos funcionais, envolvem mais e mais pessoas, clamam por mais e mais contatos e consultas inter-burocráticas, encontrando novos problemas que crescem para além dos compromissos antecedentes” (1961, p. 327).

O conceito de spillover ou transbordamento, é um dos conceitos chave para o neofuncionalismo, e representa o efeito pelo qual os primeiros passos do processo de integração geram novos problemas que somente podem ser resolvidos com mais cooperação.

Assim, a cooperação entre os Estados em uma determinada área acaba por levar à necessidade de cooperar em outras áreas. As instituições desempenham também um papel muito importante de acordo com as abordagens neofuncionalistas. A expectativa desta abordagem é que, conforme aumentam as interações econômicas de uma determinada região, os governos em questão se achem na necessidade de um trabalho conjunto baseado em instituições, a fim de garantir que as interações continuem e se expandam.

O neofuncionalismo recebeu inúmeras críticas em virtude de suas predições, mas nem sempre se confirmaram no processo de evolução da integração europeia, e posteriormente em outras regiões, a ideia de que a cooperação entre os Estados e arranjos formais de integração derivam do aumento da interdependência, bem como a ideia de que as instituições internacionais desempenham um papel significativo na cooperação, continuaram a alimentar novas abordagens para a questão da integração regional. Tais ideias são a base do institucionalismo neoliberal, “a abordagem teórica mais influente no estudo recente da cooperação internacional e que constitui uma teoria altamente plausível e generalizável para o entendimento do ressurgimento do regionalismo” (HURRELL, 1995: 42).

Assim como o neofuncionalismo, o institucionalismo argumenta que o aumento dos níveis de interdependência tem o efeito de gerar uma maior demanda por cooperação. Portanto, devido às características do sistema internacional (SI) (descentralização, incertezas e

imprevisibilidade quanto às reais intenções dos demais atores, entre outras) é necessária a criação de mecanismos que ajudem os Estados a superar seus problemas de ação coletiva. As instituições são vistas por esta abordagem como a solução para estes problemas, conferindo maior transparência e previsibilidade ao relacionamento entre os Estados.

As normas, regras e procedimentos das instituições e regimes internacionais, são criadas porque auxiliam os Estados de maneira a eliminar os problemas de ação coletiva, fazendo com que possam lidar de forma conjunta para a superação dos problemas comuns.

As instituições desempenham tarefas que são importantes porque influenciam os cálculos dos atores e a maneira como estes definem seus interesses. Entre as tarefas desempenhadas pelas instituições estão o fornecimento de informações, a promoção de uma maior transparência e previsibilidade, a redução dos custos de transação, a facilitação de interconexão entre as diferentes pautas da agenda internacional e o fornecimento de pontos focais para a cooperação.

Estas duas abordagens: neofuncionalismo e o institucionalismo neoliberal servem de base para este estudo, fornecendo as fundamentações teóricas necessárias.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Neste terceiro capítulo, apresentaremos detalhadamente as teorias usadas para o trabalho, com seus principais pressupostos teóricos e suas principais expectativas acerca dos processos de cooperação e integração regional.

3.2. A INTERPRETAÇÃO NEOFUNCIONALISTA

O neofuncionalismo constitui uma das primeiras análises teóricas preocupadas especificamente com os processos de integração regional. A teoria funcionalista foi formulada para explicar a criação e os primeiros passos da Comunidade Europeia-hoje União Europeia.

Os autores funcionalistas buscavam explicar os primeiros desenvolvimentos da integração na Europa, que se concentravam nas condições favoráveis aos movimentos para uma integração económica e na relação entre o aprofundamento da integração económica e as chances de integração política e construção da paz. Para Mitrany,

Se se pudesse visualizar um mapa do mundo mostrando as atividades econômicas e sociais, ele se pareceria com uma intrincada teia de interesses e relações passando e repassando as divisões políticas, não um mapa bélico de Estados e fronteiras, mas um mapa pulsando com as realidades da vida diária. Elas são a base natural para as organizações internacionais: e a tarefa é trazer este mapa, que é uma realidade em funcionamento, para o governo conjunto internacional, ao menos em suas linhas essenciais. Com o tempo as linhas políticas serão então sobrepostas e apagadas por essa teia de relações e administrações conjuntas” (1948: 358-359).

Mitrany observava que o século XX encerrava uma grande quantidade de problemas técnicos cuja solução não seria possível senão por meio de uma ação conjunta para além das fronteiras estatais. As proposições de Mitrany caminham no sentido de romper com a lógica da autoridade ligada a um território, por meio da transferência de autoridade para um corpo técnico, visando a solução de tarefas que transcendem os territórios nacionais. O carácter técnico de tais problemas exigiria um tratamento especializado que os políticos não têm condições de exercer, e por essa razão a cooperação interestatal para a resolução de problemas ficaria isenta de conteúdo político e conseqüentemente destituída de conflito:

[...] os arranjos funcionais têm a virtude da autodeterminação técnica, uma das principais razões para torná-las mais prontamente aceitáveis. A natureza de cada função já diz sobre seu próprio escopo e sobre os poderes exigidos para sua performance efetiva (ibid, 358).

Tal cooperação técnica seria o passo inicial para a emergência de uma rede cada vez mais densa de cooperação, criando espaço para a emergência de órgãos administrativos moldados de acordo com a natureza de cada tarefa. MATTLI resume da seguinte forma as proposições de Mitrany:

[...] as divisões políticas são uma fonte de conflito entre as nações. Estas divisões podem ser transcendidas apenas gradualmente pela procura de áreas de reciprocidade e o estabelecimento de uma teia em funcionamento de instituições internacionais funcionais, administradas pelas elites técnicas, nas quais e por meio das quais os interesses de todas as nações são gradualmente integrados. (1999, p. 22).

Além disso, Mitrany acreditava que a cooperação numa determinada área técnica daria origem à necessidade de mais cooperação em áreas contíguas, intensificando e ampliando o escopo da ação cooperativa, processo que configura o pressuposto central da teoria neofuncionalista, a que Mitrany chamava de ramificação.

O processo de ramificação apontado por Mitrany ficou consagrado na literatura neofuncionalista como spillover, ou seja, o efeito pelo qual os primeiros passos do processo de integração geram novos problemas que somente podem ser resolvidos com mais cooperação.

3.3. INTERPRETAÇÃO INSTITUCIONALISTA NEOLIBERAL

Foi a partir da década de 70 que o institucionalismo neoliberal passou a exercer uma grande influência nos debates sobre a cooperação internacional. A explicação institucionalista enfatiza o papel dos regimes e instituições internacionais como mecanismos para solucionar problemas de ação coletiva e ressalta a interdependência existente entre os Estados como fator importante a estimular o surgimento de relações mais cooperativas.

O institucionalismo admite algumas das suposições fundamentais do Realismo, nomeadamente: a anarquia do Sistema Internacional e o reconhecimento dos Estados como atores egoístas que atuam estrategicamente na perseguição dos seus objetivos, mas discorda que elas impossibilitem a emergência da cooperação; e se aproxima do neofuncionalismo ao dar ênfase à interdependência e às instituições internacionais como factores que contribuem para o estabelecimento de relações mais cooperativas e pacíficas, (Keohane, 1993:28).

De acordo com esta teoria, a interdependência implica a existência de interesses mútuos que somente podem ser plenamente satisfeitos mediante a cooperação entre os Estados no final

do século XX como caracterizadas por uma interdependência complexa que gera estímulos para a cooperação, (Keohane, Nye, 1988: 25).

A interdependência complexa possui três características principais: a existência de múltiplos canais conectando as sociedades nos planos interestatais, transgovernamentais e transnacionais; a agenda das relações entre os Estados consiste de muitos temas que não se arranjam de qualquer forma hierárquica, em muitas das interações entre os Estados, o uso da força é um recurso inútil para a conquista de determinados objetivos e, por isso, nem sempre é a estratégia adequada para os Estados, (ibid: 81).

Embora a interdependência e a existência de interesses mútuos sejam estímulo para a cooperação, elas constituem condições necessárias, mas não suficientes para a emergência de relações cooperativas, (ibid).

Dada a descentralização e as incertezas do Sistema Internacional, o diferente acesso que os Estados possuem à informação e a busca individual de cada Estado pela realização dos seus interesses, são necessários mecanismos que facilitem a superação dos problemas de ação coletiva enfrentados pelos Estados. Para esta teoria, os mecanismos seriam as instituições internacionais, (ibid: 15).

As instituições entendidas como conjunto de regras (formais e informais) persistentes e conectadas, prescrevem papéis de conduta, restringem a atividade e configuram as expectativas, diminuem as assimetrias de informação, facilitam as negociações e o controle das atividades de uns Estados pelos demais, (ibid: 16-17).

Ainda, para esta corrente de pensamento, os regimes e instituições internacionais afetam o fluxo de informação e as oportunidades de negociação entre os Estados; a capacidade de monitorização dos Estados por parte dos demais com relação à submissão dos acordos, o que influi sobre a credibilidade dos compromissos assumidos; e as expectativas com relação à solidez dos acordos. Desse modo, as variações na institucionalização da política mundial exercem efeito significativo no comportamento dos governos, (ibid: 14).

Acrescentando ainda que a anarquia do Sistema Internacional e a preocupação por ganhos relativos não impedem que, buscando cada qual seus interesses próprios, os Estados se envolvam em acordos cooperativos e o resultado seja a obtenção de ganhos superiores àqueles que poderiam ser obtidos na ausência de cooperação, (ibid: 18).

O abandono dos acordos cooperativos implicaria altos custos para os Estados, sendo uma alternativa pouco atraente. Assim, uma vez em marcha, o processo integrativo tenderia a reforçar os incentivos por mais cooperação.

A intensificação das relações comerciais e o aumento da interdependência proporcionados pelos processos de integração regional inibiriam as disputas militares entre os Estados membros, uma vez que o conflito aberto implicaria a perda dos ganhos obtidos a partir das relações económicas institucionalizadas. Por essa razão, as relações entre os Estados de um agrupamento regional tendem a ser mais e mais pacíficas.

Em suma, é de salientar que as teorias de relações internacionais aqui abordadas, têm em comum entre si a suposição de que os Estados são entes racionais com interesses, objetivos e percepções que atuam na perseguição de seus objetivos. Elas divergem, contudo, em relação às possibilidades de estabelecimento de relações cooperativas entre os Estados, a forma como se dá tal cooperação, os incentivos e as barreiras para a cooperação e os resultados das ações cooperativas.

Para o neofuncionalismo, são tarefas e problemas técnicos que estão além da atuação estatal que motivam a cooperação entre Estados e, uma vez iniciada a cooperação, a tendência é que a necessidade de mais cooperação se expanda, num processo crescente de spillover. Uma vez colocado em marcha, um processo cooperativo tende a aumentar e se reforçar por meio de mais cooperação e de instituições. Os arranjos económicos regionais seriam um exemplo de como os Estados interagem cooperativamente para solucionar problemas comuns e tenderiam a elevar cada vez mais os níveis de cooperação entre os Estados envolvidos.

Já para o institucionalismo, as instituições são o mecanismo por meio do qual é possível superar os problemas de ação coletiva dadas as características do Sistema Internacional. Elas exerceriam funções que facilitam a emergência da cooperação, sobretudo quando há interdependência entre os Estados e ajudariam a conferir maior previsibilidade e estabilidade no comportamento entre os Estados. As instituições desempenham papéis que possibilitam a emergência da cooperação, ainda que os Estados sejam motivados por interesses particulares. Os Estados conquistaram ganhos que seriam impossíveis de serem obtidos sem cooperação com outros Estados, por isso são motivados a aderir às instituições.

De acordo com as interpretações funcionalista e Institucionalista, uma vez criadas, as instituições tendem a ter estabilidade. Os Estados possuem incentivos para manter a sua adesão às instituições e podem incorrer em sérias perdas caso abram mão da cooperação.

4. FÓRUM CHINA-ÁFRICA

No presente capítulo, visamos fundamentalmente abordar acerca da cooperação existente entre a República Popular da China e os países do continente africano, e, trazendo alguns exemplos de realizações levadas à cabo em alguns países do continente, com fundos provenientes do investimento chinês.

No âmbito das Relações Internacionais atuais, a China apresenta-se cada vez mais ativa, coadjuvada pelas relações de cooperação que tem encetado gradualmente. A Cooperação China-África assume duas modalidades: uma multilateral, que abrange o conjunto dos países envolvidos nos Fóruns de Cooperação, e uma bilateral, que concerne ao relacionamento que a China desenvolve com cada um deles. Sobre esta última modalidade, dedica-se especial atenção às relações entre a China e a Guiné-Bissau. O ponto de partida incide na política externa chinesa e a sua projeção de poder em África, uma vez que o país asiático se assume como principal agente de intervenção numa cooperação que se quer mutuamente benéfica.

A África é o continente onde se concentra o maior número de países em desenvolvimento, um leque de possibilidades e oportunidades ímpar, um espaço com grandes recursos naturais e imenso contingente populacional à espera de investimentos e parcerias. O continente africano apresenta os menores indicadores do IDH, resultado de séculos de descaso e exploração por parte de nações que nunca criaram condições necessárias ao desenvolvimento.

A criação de condições que sejam favoráveis ao surgimento de uma nova realidade africana, são um dos grandes desafios para eliminar o subdesenvolvimento observado no continente. Dentre as muitas nações que apresentam projetos de parcerias com os africanos, a China distingue-se pela objetividade e condições de vantagem recíproca com projetos claros e específicos em diversas áreas, incluindo transferência de tecnologia e capacitação, a China propõe transformar a realidade africana respeitando seus limites ambientais, culturais, sociais e históricos.

As conversações de alto nível em busca desta sociedade empresarial acontecem há alguns anos com trocas de experiências, intensificando-se nos últimos anos. Uma destas rodadas de trabalho em vista da implantação de uma parceria acontece durante a realização da Cúpula Sino-africana. Os objetivos previstos na Cúpula do Fórum de Cooperação China-África visam estabelecer uma parceria justa e vantajosa entre os países africanos e a China.

A Cúpula do Fórum de Cooperação China-África apresenta-se como um momento singular na busca permanente do entendimento entre a nação asiática e os sócios africanos. Dentro de uma política voltada para condições duplamente rentáveis, a Cúpula do Fórum de

Cooperação Sino-africana atraiu o interesse de muitos países africanos, visualizando concretização de uma política voltada para o desenvolvimento, crescimento económico e aumento da qualidade de vida das populações envolvidas, rompendo com o passado opressor e exploratório imposto principalmente pelas nações europeias.

De forma generosa, a China expande sua influência global. Nos últimos anos o país está empenhado em vigorosa campanha a fim de fortalecer sua própria economia e relações diplomáticas pelo mundo. Os países do Continente Africano estão atentos a essa transformação nas relações geopolíticas já que a única superpotência mundial, os Estados Unidos estão distraídos no Iraque, Afeganistão e na guerra contra o terrorismo, (ibid).

Um ponto marcante das relações entre a China e a África foi a reunião em Pequim entre os líderes chineses e os 48 chefes de Estados e ministros de países africanos. A China visava o aumento da cooperação económica com os países africanos no valor de 100 bilhões de dólares até 2010.

A China está propiciando um crescente fluxo financeiro e de investimento pelo mundo, o que envolve desde ajuda financeira sem condições estipuladas, acordos em educação, assistência médica, exploração mineral, transferência de tecnologia, e treinamento de recursos humanos, a China estende sua influência de forma atrativa e sem os impedimentos e as complicadas exigências dos países desenvolvidos.

Os benefícios, principalmente financeiros, não estão sujeitos a cancelamentos ou adiamentos em casos de suspeita de corrupção. A China não determina termos para reformas políticas ou econômicas na sua assistência. Na verdade, Pequim apresenta uma forma pragmática em suas relações internacionais com base no princípio de igualdade, benefícios mútuos, e não interferência nos assuntos internos; mas Pequim pede apoio à sua política de ‘China única’, a que reconhece Taiwan como parte da República Popular da China.

As trocas comerciais entre ambas as partes atingiram 40 bilhões de dólares, o que significa um aumento de 34,9 por cento em relação ao ano anterior. Este fato deve-se à assinatura de um Protocolo entre a China e a África que fixa taxa zero para 190 produtos africanos, principalmente para nações menos desenvolvidas do continente que chegaram ao mercado chinês.

Vinte e oito países, incluindo a Guiné-Bissau, beneficiam desta medida que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2005. No quadro desta decisão, em 2005, a importação chinesa a partir de África atingiu um valor de 380 milhões de dólares americanos, representando um aumento de 87,8 por cento. A China está galvanizada como um emergente gigante económico mundial do séc. XXI. Isso preocupa os hegemônicos países europeus e os Estados Unidos da

América que se sentem ameaçados, ou pelo menos perturbados por aquilo que receiam ser ocupação de seus espaços de mercados tradicionais e de influência geopolítica no Continente Africano.

O comunismo, o fantasma dos pretextos para fazer investidas a China e tentar manifestá-la, com o fim da Guerra Fria perde validade, mas no seu lugar surge a questão dos direitos humanos e a relação de cooperação com os regimes desgastados como o Sudão e o Zimbábwe. Ou seja, vale para a China hoje o que não valeu ontem, para as potências europeias e para as administrações norte-americanas, quando se tratou de apadrinhar durante décadas, ditadores e déspotas em África apoiando e alimentando guerras entre vizinhos, tudo em nome de matérias-primas e manipulações geoestratégicas. A esperança é o reforço de uma cooperação com trocas comerciais mais justas e de relações com menos ingerências e imposições, e a partir duma experiência de um modelo de desenvolvimento mais próximo.

A China circunscreve fundamentalmente, três vetores para consubstanciar a importância estratégica das relações que estabelece e procurar melhorar com os países africanos, nomeadamente: as relações de amizade e cooperação que começou a estabelecer com os movimentos de libertação nacional a partir de 1956 no quadro das independências africanas; a necessidade de aprofundar um modelo de cooperação "mutuamente vantajoso" entre os países fora da nomenclatura de países desenvolvidos, ou seja, uma cooperação mais pragmática e realista, sul-sul, que conduzirá por último a um devir geopolítico para resultar no estabelecimento de uma nova ordem económica e política mundial, pressionada pelos países em desenvolvimento.

O fórum de cooperação entre a China e a África, criado em 2000 como um espaço de diálogo e cooperação entre a China e o continente africano foi, neste contexto, constituído como uma plataforma de relações de nova parceria entre países em vias de desenvolvimento, preocupados em enfrentar conjuntamente a globalização ao mesmo tempo em que buscam relações económicas e sociais que produzam vantagens mútuas.

As relações China-África são efetivamente multidimensionais e têm integrado políticas que se subordinam igualmente ao objetivo de garantir recursos em contrapartidas com ajuda e investimentos. Com base nestas políticas, nos últimos anos as relações China-África têm estado a evoluir significativamente de acordo com vários dados económicos publicamente disponíveis de um centro fortemente histórico-ideológico para integrar uma grande componente justificada pelo mercado.

Várias publicações e centros de estudos europeus e americanos têm concentrado alguma atenção sobre a cooperação China-África, muitas vezes não tratada de forma abonatória. Por

exemplo, uma recente edição da "África Monitor Intelligence", referiu recentemente que China está determinada a aprofundar as suas relações com África, e associa a tal objetivo a desígnios estratégicos como o acesso a recursos naturais como petróleo, madeira e outras matérias-primas de que o seu desenvolvimento carece, para além de pretender projetar influências políticas para se afirmar como potência global.

Por seu turno, o centro de estudos americano, a Heritage Foundation, tido como conservador, pressupõe que a China está ativamente a expandir a sua influência em África para assegurar os fornecimentos de recursos naturais de que a crescente economia chinesa necessita; contrabalançar a influência política e económica ocidental, aumentando ao mesmo tempo a influência global da China. Isto preocupa sobretudo os europeus e sobretudo os americanos, (ibid).

De acordo com estas fontes, a China deriva atualmente, um quarto das suas importações de petróleo a partir de África, tendo interesses petrolíferos em Angola, Argélia e crescentes participações no Sudão, Guiné-Equatorial e Nigéria. Por conseguinte, ao tipo de cooperação com países desabonados pelo Ocidente, a China responde com a sua política de não ingerência e condicionalismos nos assuntos internos e ao respeito pelo caminho de desenvolvimento escolhido segundo a vontade dos países africanos como um dos seus princípios gerais de cooperação.

Em 2021, o Conselheiro de Estado e Ministro das Relações Exteriores Wang Yi se reuniu com a Ministra das Relações Exteriores da Guiné-Bissau Suzi Barbosa, à margem da 8ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África em Dakar. Wang Yi declarou que a Guiné-Bissau é um bom amigo e irmão da China, os povos dos dois países apoiaram-se mutuamente na luta contra a epidemia, a confiança mútua foi reforçada e a amizade foi sublimada.

A parte chinesa congratula-se com a adesão da Guiné-Bissau à grande família da construção conjunta do "Cinturão e Rota", que abre amplas perspectivas à cooperação entre os dois países e contribuirá também para o desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau.

A China aprecia muito o firme apoio da Guiné-Bissau à China para salvaguardar os seus próprios interesses fundamentais e continuará a apoiar firmemente a Guiné-Bissau a seguir um caminho de desenvolvimento que se adapte às suas condições nacionais.

A China salvaguarda mais firmemente os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento e contribuirá melhor para o desenvolvimento e revitalização de África. Para alcançar os seus objetivos no quadro de cooperação com África, o Governo da China adota

medidas efetivas para facilitar a entrada no mercado chinês de produtos africanos exportados por vinte e oito países menos desenvolvidos, justificando que é para equilibrar o comércio bilateral e otimizar a sua estrutura. Neste contexto, aplica isenção de impostos alfandegários a uma parte de produtos, num total de 190, que incluem a madeira.

Estas medidas permitiram que as importações chinesas atingissem em 2005, 380 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento em 87,8 por cento, comparativamente ao ano anterior. A par disso, o Governo chinês, tem incentivado e apoiado as empresas chinesas para que invistam em África, oferecendo para este fim empréstimos preferenciais e créditos preferenciais de compradores, ao mesmo tempo que acolhe as empresas africanas a investir na China, estando a negociar um acordo de promoção e proteção bilateral dos investimentos e um outro de inibição de dupla tributação.

Para os governos africanos, segundo análises comuns, a China é uma nova fonte de investimentos e de bens de consumo duráveis ao baixo preço e um contrapeso útil aos Estados Unidos da América e à Europa. Pequim não condiciona o dinheiro que concede às diferenças ou inconveniências políticas, ambientais ou sociais, como foi e é prática dos parceiros tradicionais americanos e europeus e no passado, a URSS.

Na história recente, alguns desses condicionalismos resultaram em situações nefastas para as economias de alguns países africanos. O caso do modelo de privatizações e da indústria de castanha de caju na Guiné-Bissau. Efetivamente, numerosos gestos de boa-vontade têm também contribuído para a atração que a China exerce por toda a África, muitos dos quais, quase a título gratuito, para além de enviar médicos e fornecer bolsas de estudo. É neste âmbito que a China adotou como política de cooperação com África o apoio às empresas chinesas que participam na construção de infraestruturas em África, sendo que, tenciona intensificar a cooperação nessa área.

Um outro gesto, visto positivamente, é a disposição da China em negociar "amistosamente" com alguns países a fim de ajudá-los a resolver ou a reduzir as suas dívidas para com a China, que continua apelando à comunidade internacional, especialmente os países desenvolvidos, que tomem ações substantivas para isenção e redução das dívidas dos países africanos. Na reunião realizada em Pequim em Novembro de 2006, o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao propôs que a China e a África aumentem a cooperação e comércio para atingir o valor de 100 biliões até 2010. A previsão é mais que o dobro do valor alcançado em 2005, que foi de 39 biliões. O comércio entre a China e a África quadruplicou desde 1990. A China é o

terceiro maior parceiro comercial da África após os Estados Unidos e a França, e o segundo maior exportador para a África depois da França (Smith, 2006: 10).

4.1. LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DA CHINA

Desde a sua fundação, a República Popular da China tem persistentemente aplicado uma política diplomática de independência, de autonomia e de paz, tem desenvolvido ativamente baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica, relações amistosas de igualdade e benefício recíproco com diversos países do mundo, reforçado a unidade e a cooperação com os países do terceiro mundo e se opõe ao hegemonismo em prol da paz mundial. Estão a seguir os dez pontos resumidos a respeito do conteúdo primordial e os princípios fundamentais da política independente de paz promovida pela China, sendo:

- 1) Tendo em vista os interesses a longo prazo e os interesses fundamentais do seu povo e dos demais povos do mundo, a China trata como o objetivo básico da sua política exterior, combater o hegemonismo, defender a paz mundial, desenvolver a cooperação amistosa com todos os países e promover a prosperidade econômica conjunta.
- 2) A China sustenta que todos os países do mundo, grandes e pequenos, ricos e pobres, fortes e fracos, devem ser todos iguais, opondo-se resolutamente e afronta dos pequenos pelos grandes, a opressão dos pobres pelos ricos e a humilhação dos fracos pelos fortes. Os assuntos próprios de um país devem ser solucionados pelo seu povo e os assuntos do mundo devem ser resolvidos pelos países interessados mediante negociações e consultas e não devem ser decididos por uma ou duas superpotências. A China jamais buscará a hegemonia e opor-se-á firmemente ao hegemonismo, sob qualquer forma e venha este de onde vier.
- 3) Em qualquer momento e em qualquer circunstância, a China persiste firmemente na sua independência e autonomia. Ao tratar qualquer problema internacional, definirá as suas posições e atitudes com o que considere justo ou injusto, em cada caso particular. O critério pelo qual a China distingue o justo do injusto reside em determinar se ele favorece ou não a salvaguarda da paz mundial, o desenvolvimento da cooperação amistosa entre os países e a promoção da economia mundial.

- 4) A China jamais dependerá de nenhuma das superpotências e não alinhará nem estabelecerá relações estratégicas com nenhuma delas.
- 5) A China respeita estritamente os cinco princípios de coexistência: de respeito mútuo, soberania e integridade territorial; não agressão; não ingerência nos assuntos internos de um pelo outro; igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica e, procura estabelecer ou restaurar e desenvolver as relações normais com base nestes princípios com os diversos países do mundo, conviver harmoniosamente e cooperar amistosamente com todos eles, mantendo que identidade ou diferença de sistemas sociais e de ideologias não seja motivo de aproximação ou afastamento. A China opõe-se resolutamente que, a pretexto da identidade ou da diferença de sistemas sociais e de ideologia, qualquer país justifique a ocupação de territórios alheios e a intervenção nos assuntos de outros países e, repudiou categoricamente as atividades terroristas sob qualquer forma, considerando que, somente após serem eliminadas as causas sociais e políticas, este tipo de ações poderá vir a ser resolvidas definitivamente.
- 6) A China pertence ao terceiro mundo e insiste em tomar como o ponto de partida básico das suas relações externas a intensificação e o desenvolvimento da unidade e da cooperação com os países do terceiro mundo. Opõe-se firmemente ao imperialismo ao colonialismo e ao racismo e apoia os países do terceiro mundo na sua justa luta pela conquista e salvaguarda das suas independências nacionais. A China apoia os países do terceiro mundo nos seus esforços para desenvolverem economias nacionais e melhorarem as relações Norte-Sul e expandir a cooperação Sul-Sul, e deseja sinceramente que os países do terceiro mundo reforcem a unidade entre si e resolvam por meios pacíficos os seus conflitos através de consultas amistosas e obstem a intervenções externas.
- 7) A China opõe-se à corrida armamentista e à sua ampliação para o espaço extraterrestre. Ao realizar o seu primeiro teste nuclear, a China apresentou uma proposta sobre a proibição total e o completo desarmamento nuclear, declarando ainda que, qualquer que sejam as circunstâncias ou o momento, não será a primeira a recorrer às armas nucleares. A questão primordial da atualidade consiste em que as duas superpotências devem ser as primeiras a reduzirem consideravelmente os seus poderio nucleares de modo a criar condições propícias para o desarmamento nuclear de todos os países nuclearizados. A

China pronunciou-se também pela proibição total e destruição completa de todas as armas químicas e por uma redução considerável do potencial bélico convencional simultaneamente ao desarmamento nuclear. Nos últimos anos, a China reduziu um milhão de efetivos das suas forças armadas.

- 8) A China insiste em prosseguir uma política de abertura a longo prazo e em ampliar e desenvolver progressivamente (com base na igualdade e benefício recíproco) as cooperações e intercâmbios económicos, comerciais, científicos e tecnológicos com todos os países do mundo. A política de abertura que a China aplica volta-se para o mundo inteiro, tanto para os países capitalistas como também para os países socialistas, tanto para os países desenvolvidos como também para os países em desenvolvimento.
- 9) Observando os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas, a China apoia os empreendimentos que as Nações Unidas realizam conforme o espírito da referida Carta, e toma parte nas atividades que este organismo internacional e as suas organizações específicas promovem tendentes a paz e ao desenvolvimento mundial. Participa amplamente em diversas organizações internacionais e desenvolve atividades diplomáticas multilaterais incrementando com empenho uma maior cooperação com todos os países nos diversos sectores. A China é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e este voto pertence ao terceiro mundo.
- 10) A China presta grande atenção aos seus intercâmbios com os povos de todos os países. O Governo chinês estimula e apoia as suas entidades de massas, as suas organizações populares e as personalidades representativas dos seus mais diversos sectores em promover intercâmbios e em cooperar com os outros países nos domínios económico e cultural, educacional, científico, tecnológico, jornalístico, sanitário, e esportivo, incrementando assim o entendimento e amizade entre o povo chinês e os demais povos .

A política interna e a externa da China constituem um todo único. A construção da paz, a reforma e a abertura, a salvaguarda da dignidade da nação chinesa e a insistência na igualdade entre os países grandes e pequenos nos assuntos internacionais são, no entender da China, unificados e inseparáveis um do outro.

Hoje em dia, a conjuntura internacional está sofrendo tremendas transformações.

Por um lado, vê-se uma distensão no relacionamento Leste-Oeste, uma atenuação de confrontação militar, dando impulso à solução de certos pontos quentes regionais e favorecendo a paz. Por outro lado, a velha estrutura está sendo quebrada enquanto a nova está por formar; práticas de hegemonismo de novo tipo e de política de força estão sendo repetidas; continua reinando em muitos locais a intranquilidade; está aumentando o desnível econômico entre o Norte e o Sul, e o mundo expõe-se a maiores turbulências e inquietações.

Nestas circunstâncias, a China continuará a aplicar a sua política diplomática independente, de autonomia e de paz, opondo-se firmemente ao hegemonismo e defendendo a paz mundial.

A China reforça a unidade e a cooperação com os demais países do terceiro mundo, desempenha o seu papel construtivo nos assuntos internacionais, e empreenderá esforços incansáveis para a busca de soluções dos grandes temas que afligem a humanidade. A China continuará a estabelecer e aumentar os laços amistosos com todos os países, sempre se aderindo nos cinco princípios de coexistência pacífica. Até a presente data, a China mantém relações diplomáticas com mais de 130 países do mundo. Tem relações comerciais com o mundo inteiro. A China assinou, ou ratificou, ou aprovou, ou se aderiu, ou reconheceu mais de 140 acordos ou convênios internacionais. E tem participado de mais de 380 organizações ou instituições internacionais, ampliando assim os seus contatos com o mundo exterior.

4.2. A POLÍTICA AFRICANA DA CHINA

Entre os dias quatro (4) e cinco (5) de novembro de 2006, realizou-se em Pequim, uma reunião de cúpula do Presidente Hu Jintao com os chefes de Estado e de Governo de 48 países africanos. Era o maior conclave internacional jamais realizado pela República Popular da China (RPC).

Tratava-se, na verdade, da segunda sessão plenária do Fórum on China-África Cooperation (FOCAC), estabelecido em 2000 numa outra cúpula em Pequim. Essa conferência de fundação fora precedida de reunião ministerial, prevista para repetir-se a cada três anos, como já aconteceu em 2003 (Adis Abeba); agora em Pequim; e em 2009 (Cairo).

O processo FOCAC mostra, pois, que a China possui uma política africana. Política que vem dos primeiros anos da fundação da RPC, havendo a segunda cúpula coincidido com os cinquenta anos da abertura da Embaixada da RPC no Cairo (1956).

Zhang Hong-Ming (2005: 72-84), registra três fases no relacionamento da China com a África, nas décadas do período maoísta. Nos anos 1950, num mundo dividido em dois campos,

sob a direção respectivamente dos Estados Unidos e União Soviética, a grande preocupação de Pequim era ampliar o número dos seus amigos. Buscá-los entre os países da primeira vaga de independências africanas mostrou-se importante, e a tarefa veio a ser facilitada pela ocorrência em 1955 da Conferência de Bandung, na Indonésia. Foi lá que Zhu En-lai conheceu Nasser e outros dirigentes africanos.

Desses contactos saiu o estabelecimento pioneiro de relações diplomáticas com o Egito a 30 de maio de 1956 e até ao fim da década, com Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné.

Zhu En-lai, que era na época Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, formulou em nome do governo chinês cinco princípios para o relacionamento da China com os países estrangeiros, que é interessante deixar enunciados, na medida em que ainda explicam comportamentos dos chineses diante dos regimes em existência na África, por vezes criticados no Ocidente.

Constituem os cinco princípios da política externa chinesa:

- 1) Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
- 2) Não-agressão mútua;
- 3) Não ingerência nos assuntos internos;
- 4) Igualdade e vantagens recíprocas; 5) Coexistência pacífica.

Na década de 1960, havendo Pequim entrado em desavenças com Moscovo, a estratégia básica chinesa passou a ser a luta “contra a hegemonia das duas superpotências”, em aplicação da qual Mao Tse Tung elaborou a tese das “duas zonas intermediárias”: os países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina; e a Europa Ocidental. Um importante triunfo nesta segunda zona foi o reatamento de relações diplomáticas com a França (1964), com reflexos sobre os territórios franceses da África. A China tinha de concorrer no continente africano com o trabalho paralelo dos EUA e da URSS, mas mesmo assim, e graças em parte aos três périplos efetuados por Zhu En-lai através de países recém-independentes, no final da década, eram 19 (entre 41 novos Estados) os países que mantinham relações diplomáticas com Pequim; contra cinco na década de 1950.

Pequim perseguia dois objetivos de ordem prática, nessa busca de reconhecimentos: barrar o estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan e ir acumulando apoios na Assembleia Geral da ONU. Quando em 1971 a Assembleia Geral retirou de Taipé a representação na ONU, em favor de Pequim, um terço dos votos foram dados por países africanos, (ibid, 73).

A virada da década de 1960 para 1970 foi um momento cheio de dificuldades internas e externas para o regime chinês, obrigando seus dirigentes a novos ajustamentos ideológicos. Partindo da visão de que a União Soviética se tornara país “social-imperialista”, cobiçoso e feroz, Mao elaborou a teoria dos “três mundos”, que demonstrava na prática sua disposição de aliar-se aos EUA contra a URSS. E como fosse a África o continente onde mais acirrada se mostrava a luta entre as duas superpotências, especial atenção foi dada por Pequim ao trabalho ali. Numa abordagem repleta de contradições.

Por um lado, seguia a China apoiando e até armando movimentos de libertação nacional, como os dos territórios sob colonização portuguesa. Por outro lado, ajudava abertamente ações da França ou dos EUA, desde que tendessem a neutralizar ou frear a penetração soviética na África. Com tudo isso, ajudada pelo novo estatuto de membro ativo da ONU, pôde a China ampliar sua presença diplomática na África. No fim da década, eram 44 os países africanos com relações formais com a China: 25 a mais do que no final dos anos 1960.

Com a chegada dos anos 1980 e o início das reformas comandadas por Deng Xiaoping, foi mudando por completo a visão do mundo e a ação política dos dirigentes do PCC.

Deng era o supremo pragmatista, empenhado na construção económica do país e despojado de ideias ideológicas “Não há verdades reveladas! Nem na Bíblia ou no Corão, nem nos escritos de Marx, Engels, Lenine ou Mao. A verdade é uma conquista do cidadão, a ser buscada nos fatos.”, revelava ele. Um teste dessa posição sobreveio em junho de 1985, quando a Comissão Militar Central do partido foi chamada a decidir sobre a desejada redução de um milhão de homens nos efetivos das Forças Armadas chinesas. A medida parecia imprudente diante da tese leninista da inevitabilidade da guerra imperialista. Deng diminuiu a questão, afirmando que o crescimento das forças da paz tornava possível afastar por muito tempo o perigo de guerra e, quem sabe, instalar a paz mundial.

Algum tempo depois, o Comité Central do partido iria abandonar formalmente a teoria de Lenine sobre o imperialismo, visto como manifestação incontornável da luta de classes. Para os denguistas (partidários de Deng), em vez da luta de classes, o problema do hegemonismo devia ser tratado no nível de conflito entre Estados. A pretensão hegemónica era um desvio de comportamento de país desejoso de modelar o mundo. Era justo condenar e combater tal comportamento, sem deixar de trabalhar com o candidato à hegemonia.

À vista dessas especulações chinesas em torno de lideranças hegemónicas, foi irónico que quinze anos mais tarde, num dos seus primeiros pronunciamentos como Presidente dos

EUA, George W. Bush teria rotulado a China de “competidor estratégico” dos EUA. Colocações feitas por membros da equipe de Bush mostraram que por trás dessa qualificação estava a ideia de que, mais cedo ou mais tarde, a RPC tentaria conquistar a hegemonia mundial.

No que toca às relações da China com a África, cumpre assinalar que nos anos 1980, por iniciativa própria, o governo chinês redefiniu sua estratégia diplomática e política em relação ao continente. Sublinhando que a paz e o desenvolvimento eram as preocupações a ter primordialmente em conta, os chineses insistiam junto aos eventuais interlocutores africanos em três princípios fundamentais para o relacionamento entre eles: manutenção da independência e da autonomia; defesa da paz no mundo; e busca em comum do desenvolvimento.

Sob Deng Xiaoping, a China passara a preconizar uma diplomacia aberta, livre de considerações ideológicas, e despolitizou em consequência seu trabalho diplomático na África. Em termos concretos, esforçou-se por estabelecer relações com os países antes desprezados como pró- Moscovo (ibid).

Três novos países reconheceram Pequim, num ambiente de favorecimento da cooperação económica e do intercâmbio comercial sobre questões de ordem política. Entre dezembro de 1982 e janeiro de 1983, o Primeiro Ministro Zhao Ziyang efectuou um périplo de 29 dias por onze países africanos, pondo ênfase na cooperação económica e tecnológica. Na passagem pela Tanzânia, Zhao afirmou que daí em diante a China observaria, nos seus contatos com a África, os princípios de: “igualdade e vantagens recíprocas; valorização da eficácia; diversidade nas formas de cooperação; e desenvolvimento em comum”. Os três interesses dos Estados em causa seriam o princípio e o fim do trabalho conjunto.

Embora a África não seja a prioridade número um da diplomacia da China, o continente africano exerceu desde o início forte atração sobre os governantes da RPC, como fonte de matérias-primas e mercado para exportações, além de arena de trabalho político. No plano internacional, a regra da ONU de um País, um voto torna o conjunto dos africanos força eleitoral nada desprezível, e a China tem sabido cultivar pacientemente esse terreno, consciente do respaldo que lhe dá a África nas pelepas internacionais.

Desde 1989, o Ministro chinês dos Negócios Estrangeiros visita a África no início de cada ano. E as estatísticas dos anos 1990 mostram que, nessa década, mais de dez dirigentes chineses no nível de Vice-Primeiro Ministro ou superior efetuaram cerca de trinta viagens à África. O Presidente Jiang Zemin fez dois périplos pelo continente e o Primeiro Ministro Li Peng, três. Em 1999, o ainda Vice-Presidente Hu Jintao visitou quatro países africanos. Zhu Rongji, por vários anos o czar da economia chinesa, abriu novo sector de trabalho num circuito

em 1995, quando ele acertou com governantes locais novas formas de cooperação económica sino-africana.

Dois meses após a sua volta, Zhu organizou em Pequim uma Conferência Nacional de Trabalho para a Reforma da Assistência a Países Estrangeiros, na qual foi decidida a abertura na África de dez Centros para Comércio e Investimentos. Empresas chinesas estavam começando a instalar-se na África e o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Económica convocou, em 1997, uma conferência nacional para acertar medidas de ajuda aos empresários chineses, (ibid).

Um Seminário Sino-Africano de Funcionários da Gestão Económica passou a reunir-se duas vezes por ano. Foi a culminação de todo esse trabalho que, em outubro de 2000, reuniu-se em Pequim a primeira cúpula do FOCAC. Ao pôr em marcha o processo FOCAC, a China está também buscando assegurar matérias primas para seu próprio desenvolvimento económico, como fizeram as potências do Congresso de Berlim. Mas é bem diferente a maneira de agir dos chineses. A China não integra alianças militares, não têm bases no estrangeiro e a sua projeção militar no exterior, apenas incipiente, é quase só em missões de manutenção da paz da ONU. Seus instrumentos de trabalho em relação à África são a diplomacia, a ajuda técnica e financeira e o comércio. Diferente de outrossim poderá vir a ser a sociedade construída pelos chineses com a contribuição dos insumos africanos.

É possível ver a China em plena edificação de uma economia de dimensão continental, repetindo o precedente histórico da continentalização da economia dos EUA, na segunda metade do século XIX. Se tudo correr bem para eles, os chineses poderão dispor dentro de vinte ou trinta anos de um mercado nacional único, solidamente montado sobre moderníssimas malhas de transportes e telecomunicações. As relações políticas e económicas globais acusarão, certamente, o impacto do aparecimento desse polo de atração mundial, alternativo aos EUA, e a África desfrutará de posição privilegiada por seu auxílio na obtenção de tal resultado.

Nas análises ocidentais do trabalho da China na África, é reduzida a atenção dada ao movimento recíproco das elites africanas interessadas na cooperação com a China. Esse interesse é bem real, no entanto. Desde os anos 1960, governantes da primeira vaga de independência africanas e pioneiros dos movimentos de libertação na África buscaram aprofundar contatos com o regime chinês. Sekou Touré, Presidente da Guiné, foi o primeiro Chefe de Estado africano a visitar oficialmente a China, em setembro de 1960. Nos 40 anos seguintes, chefes de Estado e de Governo das cinco dezenas de Estado que foram surgindo na África fizeram 200 vezes a mesma viagem. Alguns líderes (Nyerere, Kaunda, Mobutu, Bongo,

Kerekou e Mugabe) repetiram-na várias vezes. Acrescente-se a isso centenas de visitas de ministros de governos africanos, (ibid, 88-89).

Os líderes africanos vêm-se ressentindo, de uma crescente retração das fontes de influência política, investimentos económicos e ajuda ao desenvolvimento, que vinham tradicionalmente do Ocidente, ao mesmo tempo que se intensificam as tendências dos velhos doadores bilaterais e multilaterais a interferirem nos assuntos domésticos africanos. Os governantes africanos sentem-se compelidos a buscar novas fontes para a estabilidade dos seus regimes, situação particularmente pronunciada no caso dos governos cujas políticas têm resultado no empobrecimento progressivo dos seus países, no aguçamento de conflitos domésticos e em violações dos direitos humanos, colocando-os diante da imposição pelos ocidentais de “condicionamentos” para a continuação de ajudas.

O comportamento “compreensivo” da China a esse respeito é muito bem-vindo. Na reunião ministerial do FOCAC em Adis Abeba (2003), o Primeiro-ministro Wen Jiabao declarou que a assistência e os investimentos chineses “são dados com a mais profunda sinceridade e sem condicionamentos políticos”. Posição reiterada pelo Presidente Hu Jintao, durante uma visita ao Gabão, em fevereiro de 2004.

Não é de surpreender que a boa disposição chinesa tenha ecoado positivamente em países como o Zimbabué, a República Centro-Africana ou o Sudão, às voltas todos com conflitos domésticos ou problemas de direitos humanos. Na reunião do FOCAC em Adis Abeba, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbabué, movido pela intervenção de Wen Jiabao, criticou a “união sagrada anglo-saxão contra o Zimbabué”, contrastando-a com “o caminho alternativo proposto pela China, prenúncio na verdade de um novo paradigma global”.

O extraordinário crescimento económico da China estimula governos e homens de negócios africanos a desenvolverem laços efetivos com países que muitos veem como uma próxima superpotência. Os êxitos da China, país reduzido à situação de pobreza pelo imperialismo ocidental e que dela se livrou, superando inclusive desastrosas experiências socialistas, são de molde a entusiasmar elites africanas à busca de modelos positivos de desenvolvimento. Tanto mais quanto mostram-se os comunistas chineses aptos a se adequarem às injunções da economia de mercado global, sem porem em causa os interesses do regime vigente. Como acentua Chris Alden: “Para líderes e regimes confrontados com instabilidades domésticas; desgastes da reestruturação e liberalização económicas; e pressões por abertura democrática, a China mantém acesa a esperança de reformas que não ponham a perder todos os ganhos acumulados no exercício do poder.”, (2005: 16).

Alden acautela, porém, contra concluir-se que a ação chinesa na África está concentrada em facilitar o crescimento das redes de interesses das elites governamentais. Pequenos e médios empresários africanos têm podido estabelecer lucrativos laços com redes de negócios chinesas e taiwanesas, fora dos canais governamentais. E há o turismo. Graças ao fortalecimento, na China, de uma classe média com poder aquisitivo, cresce o fluxo de turistas para pontos da África, e o governo de Pequim sabe usar a política dos “destinos turísticos aprovados” para recompensar regimes amigos.

Evidentemente, nem tudo são flores no relacionamento dos líderes africanos com os seus pares chineses. Um dos pontos de tensão é o comércio. Indústrias como a têxtil e as manufaturas de baixa tecnologia vêm sendo abaladas pelo fluxo de produtos baratos chineses, dando margem a fricções nos encontros ministeriais. Redes de lojas retalhistas chinesas espalham-se pelo continente, aumentando o descontentamento de pequenos comerciantes. Outra fonte de ressentimentos é a prática de empresas chinesas de trazerem seus trabalhadores para projetos nos quais elas são contratadas, o que já tem dado causa a protestos, por vezes violentos, como foi o caso na Zâmbia e no Lesoto .

Chris Alden (2005), chama a atenção para a apreensão que está causando na China a evolução recente da arquitetura jurídica da cooperação inter-africana. Há um distanciamento do apoio incondicional ao princípio da soberania ilimitada do Estado, típico da velha Organização da Unidade Africana, em direção ao regime mais flexível da União Africana, que prevê a possibilidade de intervenção direta em Estado membro, se determinada pelo Conselho de Paz e Segurança da nova entidade.

Também a NEPAD (New Economic Partnership for African Development) vai-se constituindo num mecanismo independente de fiscalização da adesão dos regimes africanos aos critérios da boa governação. São passos no sentido da instituição de normas derivadas de preocupações ocidentais, passíveis de alterar o apoio usual do bloco africano nas instâncias multilaterais, às posições chinesas de defesa extrema da soberania nacional.

A insistência de Pequim em que a China não impõe condicionamentos na cooperação com países amigos deixa de funcionar quando aparece o problema de Taiwan. Os chineses invocam aí a seu favor, o princípio de não interferência nos assuntos internos do parceiro. Em 1997, Pequim cortou as relações com o Chade, após ter reconhecido Taipé, em troca de um empréstimo de 125 milhões de dólares.

A reação mais paciente, que tornou evidente o valor simbólico da África do Sul para a diplomacia chinesa, ocorreu em 1994, quando Nelson Mandela tentou criar o fato consumado

de relações simultâneas com Pequim e Taipé. Após meses de um trabalho de lenta persuasão e contra-propostas de ajuda desenvolvimento, Pequim logrou obter de Pretória o abandono dessa experiência e o rompimento com Taiwan.

Em Maio de 1996, o então Secretário-Geral do PCC e Presidente da China, Jiang Zemin, em viagem pela África, foi convidado para falar perante a Organização da Unidade Africana, em Adis Abeba. Em discurso intitulado “Para uma Nova Ordem Monumental nos Anais da Amizade Sino-Africana”, Jiang Zemin desenvolveu cinco sugestões de ação para os dois lados, colocando num novo patamar de entendimento e de seriedade a cooperação da China com os países da África. As sugestões de Jiang Zemin nada mais eram que a adequação às reformas económicas do pós-modernismo, e ao trabalho com os africanos, daqueles velhos cinco princípios para o relacionamento da China com países estrangeiros, formulados por Zhu Enlai em 1956, (ibid,16-17).

Em 1993, depararam-se os chineses com o fim da autossuficiência em petróleo e a necessidade de reorganizar rapidamente suas fontes de energia primária, se queria o país continuar no caminho da modernização. Duas linhas alternativas de trabalho começaram a ser testadas: a expansão do uso do gás natural, recorrendo a jazidas domésticas e às de países vizinhos; e o ingresso na corrida mundial por suprimentos e reservas do ouro negro.

Uma das estratégias julgadas rentáveis, a este último respeito, era buscar países dotados de reservas petrolíferas, mas nos quais tivessem as grandes firmas petrolíferas é sobretudo na África (Sudão, Angola, Argélia e outros) que as três maiores estatais chinesas do petróleo: CNPC (China National Petroleum Corporation); CNOOC (China National Offshore Oil Corporation); e SINOPEC (China Petroleum and Chemical Corporation) vêm tendo êxito, (ibid).

Dezenas de acordos de comércio e investimentos foram assinados em função do trabalho dessas companhias, e em 2005 a China importou 38 milhões de toneladas de petróleo da África, 30% de todo o petróleo importado pelo país. Particularmente importante tornou-se o Sudão, país que investimentos chineses transformaram de importador em exportador de petróleo. As exportações petrolíferas do Sudão estão alcançando dois bilhões de dólares, metade delas destinadas à China, onde representam 5% do petróleo importado. Segundo relatos da imprensa, quatro mil guardas chineses não uniformizados protegem as instalações petrolíferas sudanesas, (ibid, 22).

A despreocupação dos chineses com a eventualidade de o parceiro africano figurar em listas negras dos EUA costuma aborrecer Washington, mas evidentemente alimenta as simpatias

pela China entre os regimes africanos. A África não tem sido uma prioridade diplomática para os EUA. Somente quatro Presidentes americanos estiveram em terras africanas, se se contar como visita o comparecimento de Roosevelt à reunião, no Cairo, dos “Quatro Grandes” da Segunda Guerra Mundial, (ibid).

Em respaldo aos esforços da União Africana na manutenção da paz no continente, a China tem intensificado sua assistência financeira e sua participação concreta nas operações de preservação da paz. No final de 2005, existiam 843 militares chineses servindo em oito dessas operações, na África. Em março de 2005, a China foi um dos primeiros países a designar representantes junto à União Africana. O interesse da China na África vai bem além dos assuntos petrolíferos.

Estima-se em 80 mil o número de técnicos e trabalhadores chineses empenhados ativamente nessas obras, por todo o continente. Prática que pode provocar protestos de sindicalistas, mas que representa uma forma concreta de assistência técnica e põe o assistente chinês trabalhando lado a lado com o operário local, um facto novo na história do contato da África com o grande mundo. Situações desse tipo explicam a crescente difusão do soft power chinês, na África.

Num outro plano, consolida-se a cooperação militar, e a África cresce como mercado para armamento de fabrico chinês. Entre 1996 e 2003, somente a Rússia vendeu mais armas a países africanos. A cooperação militar tem sido particularmente intensa com o Zimbabué, o Sudão e a Etiópia. Em abril de 2005, seis aviões a jato para operações militares “de baixa intensidade” foram fornecidos ao Zimbabué, que no ano anterior havia comprado doze [12] caças e cem [100] veículos militares. Tanques, caças, bombardeiros, helicópteros, etc., têm sido cedidos ao Sudão, (ibid, 42).

A procura desenfreada da China por todo tipo de recursos que alimentem seu acelerado crescimento reflete-se na variedade de suas importações do continente africano. Algodão bruto da África do Oeste; cobre e cobalto da República Democrática do Congo; minério de ferro e platina de Zâmbia; e madeira do Gabão. No sentido inverso, manufaturas e vestuário de baixa tecnologia, da China, invadem as cidades africanas. Um Ministro da Etiópia ressaltou, recentemente, que 90% das mercadorias à venda no maior mercado de Adis Abeba procedem da China.

O Banco Mundial divulgou recentemente um estudo intitulado “A Estrada de Seda da África”, no qual se adianta já haverem os investimentos chineses atingido 10% de todos os investimentos diretos estrangeiros no continente africano. O estudo afirma estarem os países da

África retirando benefícios de tais investimentos, benefícios que tenderão a crescer com o aumento previsível da transferência de tecnologias.

O senhor Gobind Nankani, Vice-Presidente do Banco Mundial para a Região Africana e que esteve ligado à elaboração do estudo acima citado, participou como observador da cúpula de Pequim. Em entrevista à agência chinesa Xinhua 10, ele fez um balanço muito positivo do estado das relações entre a China e a África. O impacto do comércio sino-africano e dos investimentos chineses começam apenas a se fazer sentir no mundo, acentuou Nankani. E a China, que há 20 ou 30 anos se beneficia de investimentos diretos estrangeiros maciços, tem agora a oportunidade de estender seus ganhos à África. Um relacionamento de novo tipo está em vias de nascer e a China começará a ser vista como uma nova potência africana.

4.3. REALIZAÇÕES DA CHINA EM ALGUNS PAÍSES AFRICANOS

No que tange as realizações da China, abordamos as realizações feitas em alguns países. Na Etiópia, a China está envolvida na construção da maior represa do Continente Africano, as obras da represa do Rio Teleze começaram em 2002 ao custo estimado de 224 milhões, um projeto hidroelétrico com um custo aproximado de 350 milhões, (ibid: 12).

Além de produzir energia elétrica, o projeto servirá para a agricultura, inclusive para as áreas de cultivo de café. O governo da Etiópia, entusiasmado com a possibilidade de explorar o potencial hidroelétrico, já pensa em construir outras represas e transformar o país em exportador de energia elétrica, particularmente para os países vizinhos de Djibouti, Quênia e Sudão.

Na Nigéria, a China lançou no ano de 2007 um satélite comercial de comunicação. Por meio de linha de crédito especial de 200 milhões, a China assumiu o projeto para desenvolver, fabricar, lançar e manter o satélite. Com estação de controle na capital nigeriana Abuja, a China oferece ainda apoio técnico e treinamento profissional. A visão é contribuir para que a Nigéria transforme a sua economia dependente da comercialização de petróleo para economia com base em conhecimento tecnológico.

Com o governo do Uganda a China está cooperando nas áreas de agricultura, têxtil, infraestrutura, prestação de serviço médico e equipamentos, além de educação e tecnologia. Nos últimos anos a China e o Quênia assinaram pelo menos 12 acordos de cooperação nas áreas de saúde, turismo, desporto, investimento, infraestrutura, energia, tecnologia, educação, arqueologia e imprensa. A China oferece também ajuda financeira para a modernização de instalações governamentais.

Desde que a China entrou no Sudão, no final da década de 90, o país passou de importador de petróleo para exportador. Campos de operações petrolíferas foram desenvolvidos e refinarias construídas. Uma das consequências da política da China de cooperação baseada no princípio de não interferência em assuntos internos é que a crise humanitária em Darfur, no Sudão, continua sem solução devido à incapacidade da comunidade internacional de agir contra o governo local.

A China está presente no Congo através de investimentos na indústria de extração de cobalto, cobre e melhorias na infraestrutura da malha rodoviária para facilitar a exportação. Angola superou a Arábia Saudita como o principal fornecedor de petróleo para a China; o governo chinês abriu linha de crédito para o reparo de infraestruturas angolanas danificadas durante o longo período de guerra civil. Luanda também está sendo agraciada com linha de crédito, (ibid).

Além dos benefícios nas áreas de construção de infraestrutura, agricultura, piscicultura, comércio, e desenvolvimento de recursos humanos a China tem participado ainda com o envio de tropas para missões de paz das Nações Unidas em várias partes da África, inclusive no Congo e na Libéria (Roughness, 2007: 15).

Através da diplomacia de educação, com a construção de escolas, intercâmbio escolar, treinamento profissional, transferência de tecnologia, comércio, fornecimento de medicamentos, médicos e programas de tratamento de doenças infecciosas e tropicais, (Thompson, 2005: 320).

A China vem consolidando a sua presença no Continente Africano, embora as relações entre Pequim e África datem de pelo menos meio século. A África teve crescimento econômico de 5.2 por cento em 2005, sendo o maior desenvolvimento já registrado.

O Banco Mundial (BM), no seu relatório anual de 2005, registou transformação no Continente Africano, principalmente melhoria nas áreas de educação, saúde, comércio, e redução no número de conflitos. O relatório indica que as construções de escolas, pontes, estradas e represas por empresas chinesas estão contribuindo para a transformação do Continente, (ibid: 16).

5. PRETENSÕES DA CHINA A NÍVEL GLOBAL

A China pretendia se transformar em ‘Potência Económica Global’ até 2020, objetivo já alcançado com sucesso, e pelo menos dois dos conceitos usados nos últimos anos para essa transformação são a ‘ascensão pacífica’ (peaceful rise), e a nova ‘diplomacia dos sorrisos’ (diplomacy of smiles). A rápida integração da China na economia global, especialmente por meio de acordos de livre comércio, favoreceu Pequim no sentido de alcançar tal objetivo.

Politicamente, a China mantém que todos os países, pequenos ou grandes, fortes ou fracos, ricos ou pobres, devem ser tratados com igualdade e respeito mútuo. Economicamente, a China diz dedicar-se a implementar as metas do milênio estipuladas pelas Nações Unidas e ajudar os países em desenvolvimento a melhorar suas capacidades.

Tudo indica que a China tem um plano de expansão definido e age de forma determinada para se tornar uma potência econômica global. A ausência de democracia, pluralismo, liberdade de imprensa e os abusos de direitos humanos, não atrapalham o seu crescimento e consequentemente o futuro poderio político.

A China evita tratar de assuntos sensíveis com os países beneficiários da sua generosidade e concentra atenção nas áreas de comércio, desenvolvimento e cooperação política. O modelo empregado pela China parece ser uma fórmula básica para quase todos os países; embora seja interessante lembrar que tal fórmula já serviu de modelo em outras eras por países ocidentais, (Esteves, 2008: 49).

Um detalhe que não está transparente nessa campanha vigorosa de busca pela integração econômica global é como a China pretende resolver, no futuro, as questões de disputas quando completar a transformação de influência geopolítica.

À luz dos elementos expostos, a proposta do próximo capítulo aborda a evolução econômica da Guiné-Bissau.

5.1. EVOLUÇÃO ECONÓMICA DA GUINÉ-BISSAU: ACORDOS BILATERAIS NA ESFERA ECONÓMICA

No presente capítulo, visamos abordar sobre acordos bilaterais na esfera econômica entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China, identificando as vantagens e benefícios, bem como a evolução econômica, fruto do incremento das relações econômicas entre ambos os países.

Os dois países mantêm acordos bilaterais de longos anos nas diversas áreas de cooperação, a estrutura económica da Guiné-Bissau é composta por quatro principais setores, (Agricultura, Comércio, Obras e Infraestruturas, e Pesca).

5.2. SETOR AGRÍCOLA

Relativamente ao sector agrícola, a extensão territorial guineense e o clima propício são características de peso, para além desse setor ser uma atividade geradora de emprego, rendimento e divisas. Em termos de desenvolvimento agrícola, o governo chinês mostrou interesse em desenvolver projetos, e se disponibilizou também em ajudar e apoiar a Guiné-Bissau, não limitando apenas em doações, mas também em formação, capacitação dos técnicos nacionais e intercâmbio dos mesmos com o intuito de aprimorar os seus conhecimentos nesse setor.

A Guiné-Bissau é um país localizado na África Ocidental, com uma economia predominantemente agrícola. A agricultura é a principal fonte de subsistência e emprego para a maioria da população, contribuindo com cerca de 45% do PIB do país e empregando aproximadamente 80% da força de trabalho. Os principais produtos agrícolas cultivados na Guiné-Bissau incluem arroz, milho, sorgo, feijão, amendoim e castanha de caju, a castanha de caju é o produto de exportação mais importante do país, representando assim cerca de 90% das receitas de exportação.

No entanto, a agricultura na Guiné-Bissau enfrenta vários desafios, incluindo a falta de infraestrutura adequada, como estradas e armazenamento de alimentos, a falta de financiamento para os agricultores e a falta de tecnologia e inovação no setor agrícola. Além disso, a Guiné-Bissau tem enfrentado instabilidade política e conflitos armados, o que afeta negativamente a produção agrícola e a economia em geral. Apesar desses desafios, o governo da Guiné-Bissau tem trabalhado arduamente para melhorar a produtividade agrícola do país, incentivando a adoção de técnicas agrícolas modernas e promovendo a diversificação do setor agrícola, além disso, a cooperação internacional tem sido uma importante fonte de apoio para o desenvolvimento da agricultura na Guiné-Bissau.

O setor agrícola é um dos setores significativos dessa cooperação pelo fato da economia da Guiné-Bissau depender da agricultura, acordos de cooperação entre os dois países na matéria agrícola implica no incremento da produção de arroz que constitui a principal dieta alimentar dos guineenses. Ainda no âmbito dessa cooperação, listam grandes projetos, além do envio de

técnicos agrícolas à Guiné-Bissau para dar apoio técnico aos técnicos locais, a China acolhe os técnicos guineenses para intercâmbios relacionados à produção agrícola e outras áreas afins, (M'Bunde, p. 87, 2015). A China tem apoiado muito este País africano no setor da Agricultura, sobretudo na zona leste em termos de diversificação da produção do arroz e introduções de mais técnicos a fim de permitir que a Guiné-Bissau reduzisse a importação do arroz (Mango, p. 39, 2022).

Segundo documento do Banco Mundial (2015, p. 24), “A República da Guiné-Bissau tem um dos rácios mais reduzidos da receita em termos do Produto Interno Bruto (PIB) no mundo e, é atualmente depende muito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)”, o que demonstra na nossa visão, a tamanha volatilidade de sua capacidade econômica face aos desafios do desenvolvimento. Não obstante as dificuldades, atesta ainda a mesma fonte, recentemente, houve um ligeiro crescimento econômico do país, uma melhoria considerada acima da média do desempenho do crescimento da sua macrorregião (África Subsaariana), atingindo uma média de 5%, isso mostra a melhoria e evolução econômica deste País africano, idem.

A tabela a seguir faz uma ilustração da contribuição no Produto Interno Bruto (PIB) do país para o setor resultante dos estudos levados a cabo nos anos 2006 e 2011 respectivamente, (Cambanco, p. 21, 2019).

Quadro 1: Produto interno Bruto (PIB) por setor em percentagem (2006-2011)

Setores	2006	2011
Agricultura e atividades relacionadas	43,6 %	43,3%
Indústria Manufatureira	12,4%	10,7%
Eletricidade, Gás e Água	0,5%	0,4%
Comércio	0,9%	1,4%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	4,7%	5,2%
Finanças	0,2%	0,8,4%

Serviços de Administração Pública	11,1%	10%
Outros	5,8%	4,2%

Fonte: Cambanco, 2019.

Como pode-se se perceber na tabela acima, a Guiné-Bissau possui uma economia muito debilitada, e é justamente por essa razão que o País vem estabelecendo acordos de cooperação com os países economicamente mais fortes, dos quais é muito dependente segundo a observação de Sant’anna 2008, de modo a fazer face às mazelas, proporcionar o bem-estar e um padrão de vida razoavelmente bom para a sua população que vive abaixo da linha de pobreza, com praticamente metade das pessoas possuindo algo em torno de US\$ 1,25 dólar americano por dia, segundo os dados levantados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010). Nesse sentido, podemos dizer que o País se tornou um terreno fértil para os doadores e os exportadores de “ajuda” internacional para o desenvolvimento.

Numa entrevista concedida aos órgãos de comunicação da Guiné-Bissau em 2021, o Embaixador Chinês ao responder perguntas dos jornalistas sobre as a possível estagnação de acordos de cooperação entre ambos os países no setor agrícola durante o período epidêmico, segundo o GuoCe “ A pandemia impõe certas limitações, mas a cooperação bilateral não está estagnada. A nível da agricultura, a China tem enviado uma série de grupos de técnicos agrícolas à Guiné-Bissau. Neste momento está em curso a implementação do 11º projeto da cooperação técnica agrícola entre os dois países”. O Diplomata Chinês acrescenta ainda que, a China tem dezesseis (16) especialistas agrícolas que trabalham em Bafatá, leste do país, estão trabalhando na demonstração do cultivo do arroz, a seleção, triagem e promoção da semente melhorada, e também no ensino da aplicação da técnica do cultivo do arroz, atualmente a zona de demonstração do cultivo do arroz atinge dois mil hectares, bem como a produtividade aumentou de 1,2 toneladas por hectare para 4,5 toneladas por hectare, finalizou o diplomata, (Bissau, 2021).

Quadro 2: Empresas Chinesas do setor agrícola na Guiné-Bissau a partir de 2019

Nomes de Empresas	indústria	Entidade investimento	de	Província e Cidade localizado
-------------------	-----------	-----------------------	----	-------------------------------

Escritório de Representação Guiné Água na Bissau	Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca	China Pesca Global Food Limited Empresa Responsável	Pequim
Seasea Bissau Ltd	Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca	Fujian Shai Ltd- Co., Português	Fujian
Shanghai Country Zhangzidao Yifeng Produtos Aquáticos Ltd	Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca	Ilha Dalian Zhangzi	Dalian

Fonte: Embaixada da China na Guiné-Bissau, 2019.

Numa matéria publicada no site das Nações Unidas em sobre a Guiné-Bissau, o Fundo Monetário Internacional (FMI), previa que a economia da Guiné-Bissau registraria um crescimento de 3,75% em 2021. o crescimento das exportações da castanha de Caju tem melhorado significativamente o cenário econômico da Guiné-Bissau, segundo a nota emitida por essa Organização em Washington, os empresários estão confiantes sobretudo na estabilidade política do país nesses últimos anos o que pode “contribuir para sustentar a recuperação”. Em relação ao progresso, na avaliação, o Fundo Monetário Internacional (FMI) destaca ainda que as autoridades fizeram progressos satisfatórios em seu programa de reformas, apesar das “difíceis condições socioeconômicas agravadas pela pandemia”. o Fundo Monetário Internacional (FMI) disse apoiar o programa de reformas desenvolvido pelo governo para estabilizar a economia, melhorar a competitividade e fortalecer a governança, em relação ao déficit, o FMI acredita que o déficit fiscal deste país africano esteja em torno de 5,25% do Produto Interno Bruto, (PIB) neste ano. Esse órgão mundial disse ainda ter a expectativa de uma maior mobilização de receitas e contenção de despesas, incluindo na massa salarial, continue criando espaço fiscal e atraindo apoio de doadores, FMI, 2021).

Segundo o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), numa análise sobre as perspectivas económicas e o desenvolvimentos macroeconómicos recentes desse País africano:

Estima-se que o crescimento tenha atingido os 3,8% em 2021, uma recuperação do negativo 1,4% em 2020, refletindo a retoma do comércio e o aumento da produção de caju. A economia assente na agricultura sofreu com os confinamentos e o encerramento das fronteiras em 2020, recuperando em 2021. Do lado da oferta, o setor primário foi responsável por 48% do PIB em 2021, contribuindo para o crescimento.

Em relação às perspectivas e riscos, esse órgão de crédito africano (BAD), acredita que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 e 2023 estima-se entre 3,7% e 4,5%, motivado pela recuperação no comércio. Prevê-se que a inflação dispare para 4,1% em 2022, descendo para 3,2% em 2023, em resultado do aumento dos preços do petróleo e dos bens alimentares devido à guerra na Ucrânia. Estima-se que o déficit orçamental tenha um estreitamento de 4,2% e 4,1% do PIB em 2022 e 2023, motivado pela melhoria da gestão fiscal. O país melhorou a sustentabilidade da dívida, o espaço orçamental para a despesa e a governação. Prevê-se que o déficit da balança corrente se situe nos 5,2% e 4,1% em 2022 e 2023, o que se atribui ao aumento dos preços das importações. A estabilidade política é fundamental para atrair investimento e estimular a participação privada, mas as tensões políticas estão ainda a criar incertezas, ameaçando as reformas, (BAD, 2022).

Segundo o Documento de Estratégia Nacional e Redução da Pobreza:

Após um longo período de recessão no início de 2000, seguido de uma ligeira recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entrou numa nova dinâmica de crescimento a partir de 2008. Assim, apesar de um ambiente desfavorável (instabilidade política e institucional, graves carências de infraestruturas económicas básicas, incluindo energia e transporte, o impacto das crises económicas internacionais e petróleo), a taxa média de crescimento real entre 2008 e 2009 foi de 3,1%, uma melhoria acentuada em relação a 2006 e aos resultados de 2007 (1,2%), mas ainda abaixo da meta de 5% estabelecida pelo primeiro DENARP. Em 2010 esta taxa atingiu 3,5%. Este crescimento foi impulsionado principalmente pela agricultura (6,3% em 2009), com uma influência notória da fileira de caju. Embora o preço de exportação de castanha de caju tivesse uma contração de quase 30% em 2009, o impacto nas receitas de exportação foi compensado por um aumento importante no volume de exportações (FMI, 2011).

A Economia da República da Guiné-Bissau tem melhorado cada vez mais nos últimos anos fruto da sua parceria com os Países do ocidente, em especial a República Popular da China que é um dos países amigos, acordo de cooperação nas diversas áreas sobretudo as prioritárias acaba trazendo um Norte para esse país africano.

6. SETOR COMERCIAL

As relações econômicas e comerciais entre a Guiné-Bissau e a China têm crescido nos últimos anos. A China tem se tornado um importante parceiro comercial e investidor para a Guiné-Bissau. O País asiático tem investido bastante em diversos países do continente africano nos últimos anos, incluindo a Guiné-Bissau, como parte da sua estratégia de ampliar a sua influência a nível mundial e garantir acesso aos recursos naturais, a República da Guiné-Bissau por sua vez tem buscado atrair investimentos estrangeiros para desenvolver a sua economia e infraestruturas, é um país pequeno e com uma economia pouco desenvolvida, baseada principalmente na agricultura, produção de arroz, amendoim, castanha de caju e frutas tropicais sendo as principais atividades econômicas do país.

Segundo MBunde (2015), a castanha de caju é o produto mais estratégico do País, na sua opinião, falar da castanha de caju é falar do comércio e da exportação do País, porque além de ser principal produção de exportação da Guiné-Bissau, ocupando o 6º lugar no ranking mundial de produtores, a castanha de caju representa disparadamente a principal exportação do país africano, é de salientar que em 2006, o Presidente João Bernardo Vieira (Nino), manifestou interesse junto das autoridades chinesas a possibilidade de exportar a castanha de caju para o País asiático nos anos de 2007 os dois países manifestaram interesse em assinar acordos de parcerias nesse âmbito, a manifestação de interesse do então presidente guineense junto das autoridades chinesas deve-se a perda do mercado indiano que era a principal importadora de castanha de caju da Guiné-Bissau na época, ainda nesse período, a China manifestou investir cerca de 60 milhões de dólares na indústria de castanha de caju na Guiné-Bissau mas, esse projeto não teve sucessos, desde então o País africano passou a exportar o seu principal produto para a China. e no âmbito dessa relação de cooperação comercial, a China exporta para a Guiné-Bissau, cereais, produtos eletrônicos, produtos têxteis e etc. M'Bunde acrescenta ainda que, nos anos de 2011, o comércio bilateral entre ambos os países foi aproximadamente de 17 milhões de dólares, as exportações chinesas atingiram cerca de 13 milhões de dólares, e suas importações desse país africano alcançaram apenas cerca de 4 milhões de dólares. Para M'Bunde, a República Popular da China comprou produtos guineense no valor de 15, 5 milhões de dólares em 2012, e a Guiné-Bissau cerca de 30 milhões de dólares em produtos chinês, as relações comerciais entre ambos os países atingiram cerca de 24 milhões de dólares em 2013, representando um aumento de 30, 4% em relação aos 15,5 milhões trocados entre janeiro e Setembro do ano anterior (M'Bunde, p. 88, 2015).

Apesar da limitação no setor comercial entre a Guiné-Bissau e a China, o mesmo tem crescido nos últimos anos, a China é um dos principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau na Ásia, em 2019, o comércio bilateral entre os dois países totalizou cerca de 98 milhões de dólares, com a balança comercial favorável à China, as principais exportações da Guiné-Bissau para a China incluem produtos agrícolas, como castanhas de caju e madeira, enquanto as importações da China para a Guiné-Bissau incluem produtos eletrônicos, têxteis e maquinários. Em 2020, a Guiné-Bissau exportou cerca de 17 milhões de dólares em produtos para a China, principalmente castanha de caju, madeira e algodão. A castanha de caju, o principal produto de exportação da Guiné-Bissau para a China, representa cerca de 99% do valor total das exportações para o país asiático. As importações da China para a Guiné-Bissau foram de cerca de 38 milhões de dólares, principalmente de produtos eletrônicos, têxteis e maquinaria.

A Guiné-Bissau tem um grande potencial para a exportação de produtos agrícolas, como o caju, e a China por sua vez, é um dos principais importadores mundiais deste produto. Além disso, a Guiné-Bissau tem uma costa rica em recursos pesqueiros, o que proporciona ainda mais oportunidades para a exportação de peixe e frutos do mar para a China.

No entanto, o comércio entre esses dois países é limitado pelos desafios logísticos enfrentados pela Guiné-Bissau, bem como pela falta de diversificação da sua economia. A Guiné-Bissau também enfrenta desafios em termos de infraestrutura e governança, o que de alguma forma dificulta a atração de investimentos estrangeiros. É de salientar que existem algumas oportunidades para a Guiné-Bissau aumentar suas exportações para a China, especialmente em produtos agrícolas e pesqueiros, tendo em conta o seu potencial nesses setores.

Um dos grandes fatores impulsionadores de comércio entre os dois Países são acordos tarifários de exportação, que preconizam que o número de produtos guineense que podem entrar na China sem impostos foi aumentado de 190 para 442. Após o FOCAC de 2006, a tarifa zero foi aumentada como parte do plano de Ação de Pequim. Por meio deste acordo, 466 produtos de exportação africanos e chineses estão isentos de tarifas. (Johanna et Kiala, 2009). O comércio sino-guineense tem crescido de uma forma significativa nos últimos anos, com a exportação da castanha de caju que é o principal produto de exportação nacional, além da exportação da castanha de caju para a China, esse País asiático exporta produtos eletrônico, cereais, têxteis, vestuários etc para a Guiné-Bissau, permitindo assim as trocas comerciais entre ambos os países e com a isenção de taxas de impostos como citado anteriormente. Essas trocas comerciais entre

os Países amigos, tem ajudado a melhorar de uma forma significativa a economia da Guiné-Bissau nesses últimos anos.

6.1. SETOR DAS OBRAS E INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS

O setor das Obras e Infraestruturas é um dos setores prioritários das relações entre ambos os países, como aponta o embaixador da China na Guiné-Bissau, Sr. Guo Ce, segundo o Diplomata chinês, “A Guiné-Bissau necessitava de lares, hospitais e edifícios nessa época (década de 2000), e cooperamos nesse sentido para ajudar. É de salientar que, a República Popular da China foi quem construiu e remodelou quase todos os edifícios públicos da Guiné-Bissau a partir dos anos de 2000 onde funcionam até então as instituições do Governo e os serviços públicos do País africano, ainda de acordo com o Diplomata do partido Comunista chinês em Bissau, logo após a independência, o país precisava mais de lares, hospitais e edifícios públicos do que qualquer outra coisa, a República Popular da China se disponibilizou em ajudar porque sem lares não se pode fazer nada e nem tão pouco falar de desenvolvimento”, (M’Bunde, p. 84, 2015). Para Infante (2020), ao longo de todo o processo histórico de cooperação entre ambos os países, a China priorizou na sua agenda o setor da Infraestrutura e Obras Públicas, a relação bilateral tem se fortalecido nesse setor devido às necessidades que o País precisava e ainda precisa de infraestruturas e financiamentos para ajudar no desenvolvimento e administração, é de salientar que a construção de infraestruturas para o desenvolvimento desse país africano é a chave motor da China na Guiné-Bissau, (Infante, p. 16, 2020).

Como nos ensina M’Bunde (2015), às principais infraestruturas rodoviárias que ligam as diferentes regiões do interior à capital deste País africano foram construídas na época colonial pelo governo português durante o período de colonização, especificamente na Capital “Bissau”, onde estava instalado o poder administrativo. Depois da independência a Guiné-Bissau nunca experimentou a modernização ou a manutenção daquelas infraestruturas, no entanto, o governo do PAIGC às mantêm ativos ao serviço do povo e do Estado, exemplo, a instalação do ministério da função pública (M’BUNDE, 2015)

Numa entrevista concedida ao Pesquisador Silvestre Mango, o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné-Bissau, Bernardino Cardoso disse que “as obras e infraestruturas ganharam maior notoriedade e importância, Ele afirma ainda que as infraestruturas constituem o setor que exige o nível de investimento muito elevado. As infraestruturas rodoviárias no caso concreto da Guiné-Bissau são fundamentais, sobretudo pelo estado em que estas se encontram. Apesar dos apoios da China, a responsabilidade e o cuidado

pelas infraestruturas é exclusivo do governo guineense. Julião de Almeida ao comentar sobre o mesmo assunto, acrescenta que cada país tem as suas prioridades, e as prioridades da Guiné-Bissau não foge à regra, visto que uma das prioridades do País é exatamente no setor das infraestruturas, e a China sendo um país com muita experiência nesse domínio, a Guiné-Bissau deve e bem aproveitar desta cooperação. É verdade que ao longo de todo o processo histórico da cooperação da China com a Guiné-Bissau, este país asiático sempre priorizou a área de obras e infraestruturas na sua agenda. A relação bilateral entre Pequim e Bissau tem se fortalecido mais no setor de infraestrutura e obras, pois a Guiné-Bissau precisava e ainda precisa de espaços e financiamento para ajudar na administração do país. Com isso, nota-se que a construção de infraestruturas para o desenvolvimento é a chave motora desse país asiático na Guiné-Bissau. Como aponta Ildo Baticã, um ponto muito importante a mencionar, além do apoio e manutenção das obras e infraestruturas realizadas, o governo chinês tem cooperado com a Guiné-Bissau no equipamento dos hospitais, das escolas e demais estabelecimentos públicos. (Mango, p. 37, 2022).

A República Popular da China tem investido em vários projetos de infraestrutura na Guiné-Bissau nos últimos anos, principalmente em projetos relacionados à energia, transporte e comunicações. Alguns exemplos incluem:

- 1) Construção de uma estrada de 25 km ligando a capital, Bissau, à cidade de Mansoa;
- 2) Construção de uma usina elétrica movida a biomassa em Bissau;
- 3) Construção de uma nova central telefônica em Bissau;
- 4) Construção de uma nova ponte sobre o rio Geba, ligando a cidade de Bissau à Ilha de Bolama;
- 5) Fornecimento de equipamentos de tecnologia de informação e comunicação para instituições governamentais e empresas estatais.
- 6) Construção da primeira autoestrada que vai ligar Bissau-Safim, com a distância de 8,2 km² e 3,5 m de largura para cada uma das seis faixas de rodagem, e vai reduzir o tempo de viagem entre duas cidades em 50%, melhorando de uma forma significativa a circulação rodoviária do país, como aponta o Embaixador da China na Guiné-Bissau, Sr. Guo Ce durante uma visita ao local no dia onze (11) de Fevereiro do ano em curso.

No setor de infraestrutura, a República Popular da China tem sido um importante parceiro de desenvolvimento da República da Guiné-Bissau, tem financiado vários projetos. Aqui estão alguns exemplos de obras e projetos financiados pela China na Guiné-Bissau:

- 1) Ponte sobre o Rio Corubal: A China financiou a construção de uma ponte sobre o Rio Corubal, que liga a capital, Bissau, às regiões sul e leste do país. A ponte foi inaugurada em 2019.
- 2) Hospital Nacional Simão Mendes: A China ajudou a financiar a construção e renovação do Hospital Nacional Simão Mendes, o maior hospital do país, localizado em Bissau.
- 3) Aeroporto Internacional de Bissau: A China ajudou a financiar a construção de um novo terminal no Aeroporto Internacional de Bissau, que foi inaugurado em 2013.
- 4) Estádio Nacional 24 de Setembro: A China financiou a construção do Estádio Nacional 24 de Setembro, localizado em Bissau, que foi inaugurado em 2019.
- 5) Centro de Formação Profissional: A China ajudou a financiar a construção de um Centro de Formação Profissional em Bissau, que oferece treinamento em várias áreas, incluindo agricultura, construção, eletricidade e tecnologia de informação.
- 6) Estradas: A China também financiou a construção e renovação de várias estradas em todo o país, incluindo a estrada que liga a capital, Bissau, à cidade de Cacheu, ao norte do País.

Esses são apenas alguns exemplos de projetos financiados pela China na Guiné-Bissau. A China tem sido um importante parceiro de desenvolvimento do país, fornecendo assistência financeira e técnica em vários setores, incluindo infraestrutura, saúde, educação e agricultura.

A Tabela a seguir ilustra algumas obras realizadas pelo governo chinês na Guiné-Bissau desde o estreitamento das relações formais entre as duas nações.

Quadro 3: Obras Realizadas pelo governo chinês na Guiné-Bissau

Projetos	Beneficiário	Anos	Montantes em dólares
Hospital Regional de Canchungo	Guiné-Bissau	1980	-----
Estádio nacional 24 de Setembro	Guiné-Bissau	1987	-----

Residência para oficiais militares	Guiné-Bissau	2000	-----
Residência dos ex-combatentes	Guiné-Bissau	2000	-----
Edifício da ANP	Guiné-Bissau	2001	-----
Escola de amizade sino-guineense	Guiné-Bissau	2008	15 Milhões
Hospital de amizade sino-guineense	Guiné-Bissau	2009	12 Milhões
Palácio do governo	Guiné-Bissau	2010	25 Milhões
Reabilitação do palácio da República	Guiné-Bissau	2012	7,5 Milhões
Reabilitação do Estádio 24 de Setembro	Guiné-Bissau	2012	15 Milhões
Instituto nacional de Saúde	Guiné-Bissau	2013	10 milhões
Palácio de justiça	Guiné-Bissau	2014	14 Milhões

Fonte: M'Bunde (2015, p.85-86).

6.2. SETOR DA PESCA

O Setor da pesca é um dos setores mais importante da economia da República da Guiné-Bissau, a pesca artesanal emprega uma proporção considerável da população deste País, e a pesca industrial por sua vez é a responsável de uma das maiores receitas da economia, a maior parte deve-se aos acordos assinados com os parceiros comerciais, (2010). A pesca é uma das atividades mais importantes na economia mundial, movimentando uma cadeia produtiva que vai desde a extração até ao mercado consumidor, essa movimentação acumula milhões de dólares anualmente na economia resultando assim no aumento do nível de emprego e na geração de renda sobretudo nas economias que têm a pesca como uma das principais atividades produtivas. O peixe em si, é um dos produtos mais completos, mais aceitáveis, alimentos que compõem a mesa da população, independentemente da origem, etnia, raça, cultura etc. Com cerca de sete (7) bilhões da população mundial, a pesca neste caso deve atender em média uns 70% dessa população, como aponta a UNESCO (2012), estima-se uma população mundial de nove (9) bilhões até os anos de 2050, (Cassamá, p. 24, 2017).

Em termos geográficos, a República da Guiné-Bissau é um dos poucos países africanos, especialmente os da África Ocidental que possui característica de um país continental e insular ao mesmo tempo. Dado a essa vantagem, este africano conta ainda com um total de mais de 88 ilhas e Ilhéus que compõem a sua zona insular, estas áreas garantem uma grande quantidade de riqueza natural marinha, desde o pescado, a biodiversidade, e entre outras., a parte continental é coberta de variedade de riqueza, como fosfato, madeiras, bauxite, e areia pesada de varela. Tais recursos naturais são do interesse de muitos parceiros internacionais da Guiné-Bissau, inclusive a China, que desde sempre tem demonstrado um esforço e interesse significativo no estreitamento das relações com a Guiné-Bissau (M'BUNDE, 2015, p.89; SANT'ANNA, 2008, p.43).

O setor da pesca, atualmente é considerado um dos principais setores dinâmicos, responsável em maior parte pela aquisição da entrada de divisas internacionais na economia doméstica. Apesar da pesca se apresentar como uma fonte importantíssima no que diz respeito à dinâmica da economia nacional, o governo guineense carece de navios e de recursos tecnológicos que auxiliem na vigilância das piratarias dos barcos estrangeiros no seu mar. As licenças formais para as atividades pesqueiras negociadas com os parceiros tradicionais como por exemplo, a União Europeia, não são monitoradas na sua íntegra devido à falta de equipamentos que permitam manter e ou observar o cumprimento das normas estabelecidas nas negociações (Bunde, 2015; San'Anna, 2008).

Os acordos bilaterais no Setor da Pesca entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China foram estabelecidos a mais de 30 anos atrás, desde os anos de 1985, os dois países já assinaram vários acordos que culminaram em contratos de exploração da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) deste país africano, em troca de benefícios concedidos pelo governo chinês. Segundo a colocação de Sant'anna (2008), a China foi o primeiro País do mundo a assinar acordo de pesca nas águas profundas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com a Guiné-Bissau, o que demonstra uma profunda relação enraizada no retrato histórico que une as duas nações como parceiros de longa data em diversos mecanismos. Os acordos no setor da pesca refletem a necessidade de ambas as partes com relação à sua demanda interna, a Guiné-Bissau assina contratos de pesca muitas das vezes, em troca de projeto a ser executado ou em recompensa a uma determinada ajuda externa. O interesse chinês por pescado é extremamente movido pela alta demanda que o país asiático apresenta domesticamente para o abastecimento do mercado interno devido a sua densidade demográfica (M'BUNDE, 2015, p.89).

É importante salientar que os acordos no Setor de Pesca entre Ambos os Países, apesar de ter sido uma relação histórica de longa data, são estabelecidos com a empresa multinacional privada chinesa, incumbida a responsabilizar-se dos dossiers de negociação com o governo guineense. A empresa multinacional chinesa responsável em estreitar acordos de pesca, é denominada China National Fisheries Corporation (CNFC), a única empresa autorizada pelo governo de chinês a negociar acordos com a Guiné-Bissau. O governo da guineense no entanto, não negocia os acordos da pesca direto com o governo da China, todas as negociações são feitas apenas com a China National Fisheries Corporation (CNFC), como aponta Timóteo M'Bunde (2015, P.89), “Isso seria uma estratégia chinesa para minorar os custos político-diplomáticos que teria caso controlasse diretamente dossiers da pesca na Guiné-Bissau”.

Todos os pequenos navios pesqueiros que navegam nas águas territoriais da Guiné-Bissau respondem à CNFC e só desta multinacional chinesa podem adquirir concessão. Há um documento existente que oficializa os acordos entre a Guiné-Bissau e a República Popular da China (RPC), por intermédio da China National Fisheries Corporation (CNFC) denominado “Protocolo de Acordo de Pesca entre o Governo da República da Guiné-Bissau e a China National Fisheries Corporation” assinado pela autoridade guineense e a empresa multinacional chinesa, com a validade de quatro anos, com as possibilidades de renovação em caso de houver à vontade e ou, interesse de continuar o acordo. O protocolo visa estabelecer o conjunto de normas que regem as atividades pesqueiras, as movimentações de navios, as espécies de pescado e entre outros regulamentos vigentes no acordo (M'BUNDE, 2015, p.89-90).

Quadro 4: Produção ou Capturas realizadas na Zona Econômica Exclusiva da Guiné-Bissau por espécies em toneladas entre os anos de 2010 e 2015

Anos	Total de Camarão	Total de Cefalópodes	Total de Peixes Demersais e Pelágicos	Total de Captura anual
2010	5.423,342	7.972,826	58.663,295	72.059,46
2011	2.165,4	7.038,2	68.327	77.530
2012	1.174,7	9.259,1	63.821,9	74255,8
2013	1611,2	3.294,8	63.300,55	72.239

2014	2.253,5	4.221	98.889,90	105.364
2015	2.941,82	20.250,90	108.801,02	131.993

Fonte: Cambanco, 2019. Fonte original: Centro de Investigação Pesqueiro Aplicada da Guiné-Bissau.

Grande parcela dessa captura, que entra na conta da companhia chinesa, resulta de algumas práticas não legais, pelo menos é o que testemunha dados de Organizações Não Governamentais como a Greenpeace e a própria entidade responsável pela fiscalização das águas nacionais guineense, a FISCAP. Os acordos de pescas assinados entre o país africano com qualquer entidade ou país parceiro (não só a China que é o foco do presente trabalho) deve estritamente observar as leis gerais das pescas em vigência no país de modo a cumprir com as exigências estabelecidas pelo governo, (Cambanco, p. 98, 2019).

O Decreto-Lei n. 2/8637 de 29 de março, ilustra bem essa assertiva, segundo o mesmo documento, no seu artigo 15.º, relativo aos dados e informações sobre as capturas e diários de bordo de pesca, defende o seguinte:

1-Os navios de pesca estrangeiros autorizados a operar em águas sob jurisdição da República da Guiné-Bissau deverão comunicar à Secretaria de Estado das Pescas dados e informações sobre as capturas realizadas nos formulários, dentro dos prazos que forem determinados por via regulamentar. 2 - Tratando-se de embarcações de pesca artesanal, a comunicação dos dados e informações referidos no número anterior poderão ser feitas pelas organizações em que os pescadores estão filiados. 3 - Os navios de pesca industrial e semi-industrial deverão manter um diário de bordo de pesca devidamente atualizado, no qual serão anotados dados relativos ao esforço de pesca, capturas efetuadas e demais informações que forem prescritas por via regulamentar. (DECRETO LEI Nº 2/86, 1986, p. 07).

Como aponta Cambanco (2019), esses são apenas alguns dos pontos ilustrativos das regulamentações ou regras estabelecidas pelo governo sobre as atividades pesqueiras no país, acabando assim, a sua não observação prévia, se traduzindo em infrações de pesca. A prática de pesca ilegal, em outras palavras, e o conseqüente aprisionamento dos navios/frotas envolvidas. Um navio pode ser considerado infrator, nas palavras de Cesário Sá Correia, adjunto chefe de Operações de Pesca da FISCAP e ex-inspetor/observador marinho:

Quando esse navio não tem a licença de pesca. Pode ter licença, mas através da arte podem utilizar a arte que não está em conformidade com a pesca que irá dirigir, esses podem levar com que um navio seja um infrator. Há vários outros aspectos. Há aspectos de capturas acessórias para uma determinada pesca, a captura acessória, tanto camarão, peixe e cefalópode. Cada qual tem captura acessória, por exemplo, de peixe

tem uma certa percentagem de cefalópode assim como a de camarão, ultrapassando essa percentagem já é uma infração. (Entrevista ao autor, realizada em 22 de janeiro de 2019, Bissau, Guiné-Bissau).

Na visão de Manuel Djassi, Diretor Técnico Operativo/adjunto da mesma instituição (FISCAP), e, igualmente, ex-inspetor/observador:

Um navio para além de se encontrar a pescar dentro das águas territoriais, zonas permitidas a prática de pesca artesanal, no âmbito de abordagem, verifica-se o tamanho, as capturas, tamanho de peixe, as redes utilizadas, as vezes as redes duplicam malhagem e é uma infração. Malhagem determinada para uma certa prática de pesca, uma pesca determinada, se não tiver em conformidade com a legislação o navio é sancionado. Por exemplo um navio de pesca de camarão não pode utilizar malha inferior a 50 milímetro, pesca de peixe e cefalópodes também não pode utilizar malha de 70 milímetro, caso contrário estará a cometer infração, se for inferior as malhagens autorizadas é porque estão a praticar pesca ilegal. Outros aspectos que caracterizam a pesca ilegal têm a ver com captura de espécies proibidas, tartarugas, baleias etc. (Entrevista ao autor em 22 de janeiro de 2019, Bissau, Guiné-Bissau).

O Decreto-Lei n. 2/86, acima citado, no seu artigo 15.º, que é relativo a dados e informações sobre as capturas e diários de bordo de pesca, considera a atividade piscatória ilegal os seguintes casos:

O emprego de redes cujas malhas são de dimensões inferiores às permitidas; b) À falta repetida de transmissão à secretaria de estado das pescas das informações sobre as capturas efetuadas, nos termos de artigo 15.º; c) O impedimento intencional dos agentes da fiscalização; d) A destruição danificação intencional de embarcações, redes, ou artes de pesca que pertencem a outras pessoas; e) A inobservância do disposto no artigo 11º38 sobre a arrumação dos engenhos e artes de pesca; f) a destruição ou ocultação das provas de uma infração em matéria de pesca; g) A pesca em zonas proibidas ou pesca de espécies cujas captura for proibida ou cujas dimensões ou peso forem inferiores às permitidas; h) o emprego de artes de pesca proibidas; i) A utilização ou transporte a bordo de navios de pesca de explosivos ou substâncias referidas no artigo 12.º39 .

Segundo Agência Lusa, informações obtidas através do Porto Canal, em oito anos, a Greenpeace, organização não-governamental, identificou:

114 casos de pesca ilegal realizados pelos navios chineses em águas da Gâmbia, Guiné-Conacry, Guiné-Bissau, Mauritânia Senegal e Serra Leoa. Ou seja, a referida ONG identificou navios chineses operando sem licenças ou em áreas proibidas, o que demonstra que, segundo o chefe da mesma organização para a China, Rashid Kang,

essa exploração ilegal chinesa ocorre em decorrência da fraca supervisão dos países da África Ocidental de suas águas – fato que enaltece na introdução sobre o caso da Guiné-Bissau. Ainda nessa perspectiva, já de acordo com a Revista Náutica (2015), a ONG Greenpeace explica que os casos mais recentes foram observados por seu navio “Esperanza”, que navegava nas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) do Senegal, Guiné-Bissau e Guiné entre 26 de outubro e 21 de novembro de 2014. Somente nas águas guineenses, o navio documentou 16 atividades de pesca ilegais por 12 navios de bandeira chinesas ou empresas que pertencem a este país, ou seja, em média, um caso de pesca chinesa ilegal a cada dois dias. À semelhança do ONG (Greenpeace), o órgão máximo fiscalizador das águas nacionais guineenses (FISCAP), órgão legitimamente delegado pelo governo guineense para esse fim, também registrou alguns casos de apresamento dos navios chineses por motivos de pesca ilegal e ou violações de leis gerais de pesca, segundo Cambanco, entre 2006 e 2018 foram apreendidas cerca de 118 frotas chinesas em prática de pesca ilegal nas águas do deste País africano como mostra a tabela a seguir. (Cambanco, p. 98-100, 2019).

Quadro 5: Navios Chineses Aprisionados na ZEE da Guiné-Bissau pela Equipe da Fiscalização Marítima, entre 2006 e 2017

Anos	Latitude	Longitude	Total
2006			19
2007	10°30 à 10°50 N	016° 40 W	02
2008	10°15 à 10°43 N	016° 00 W	17
2009	10°01 à 10°40 N	016° 30 W	07
2010	10°45 à 10°55 N	016° 05 W	10
2011	10°30 à 12°13 N	016° 50 W	06
2012			00
2013	11°18 N	016° 35 W	03
2014	10°28 à 10°29 N	016° 16 W	02
2015	1043 à 11°46 N	017° 10 W	12
2016	11°1106 à 12°10'N	017° 11 W	13

2017	10°06'41 à 11°51'53"N	017°25'52"W	17
2018			00
Total Geral			118

Fonte: Cambanco, 2019. Fonte Original: Banco de Dados de Direção do Serviço Técnico Operativo.

O ativista e sociólogo guineense Miguel de Barros, numa entrevista concedida ao pesquisador e Mestre em Relações Internacionais, Deuinalom Fernando Cambanco feita em 2020, o Sociólogo caracteriza a cooperação no setor pesqueiro com o País asiático de “fraudulento e desigual”, segundo ele, há muitos barcos chineses pescando no mar da Guiné-Bissau de uma forma ilegal, e sem cuidado com outros espécies de peixes, e a forma de troca com o Governo da guineense é muito desigual dando mais vantagens ao Governo de Pequim, (Infande, p. 109, 2021). As críticas do Sociólogo guineense, vem sendo unânime por parte de alguns guineenses que não aprovaram muito a forma como estão sendo conduzidos os acordos, não só no setor pesqueiro, mas também nas diversas áreas de cooperação entre estes países amigos.

Vale ressaltar que os setores de Agricultura, pesca e comércio são as principais atividades econômicas do país. O Produto Interno Bruto (PIB) da República da Guiné-Bissau gira em torno de US\$960. 800. 000, conforme os dados do Banco Mundial, é representado na sua grande parte pela exportação de castanha de caju, e as últimas atualizações da mesma fonte mostram que a renda per capita do país é de US\$590. A Guiné-Bissau depende muito dos setores de pesca e agricultura, quer pela sua contribuição para a formação do PIB, quer para as receitas de exportação, quer ainda para o emprego e inclusive para o orçamento do Estado. A produção bruta de castanha de caju corresponde cerca de 100.000 toneladas, representando 98% das exportações do país e 12% da produção global, e o setor das pescas, que é responsável por atrair investimentos estrangeiros, tem um potencial anual de 275 000 toneladas, embora a exploração atual não passe de 60 000 toneladas. Existem várias agências de pesca na Guiné-Bissau, que também contam com sócios estrangeiros, prestadoras de serviços de venda e revenda de concessões de pesca, (M'Bunde, p. 26, 2019).

No que tange às vantagens e benefícios do incremento das relações econômicas entre os dois países amigos, o incremento das relações econômicas entre a República da Guiné-Bissau e

a República Popular da China podem trazer várias vantagens e benefícios para ambos os países, algumas das principais vantagens incluem:

- 1) Investimentos chineses: A China como um grande investidor global e com interesse em investir em países africanos incluindo a Guiné-Bissau, tais investimentos chineses podem ajudar a impulsionar a economia do país, criando novos empregos e oportunidades de negócios.
- 2) Exportações de produtos guineense: A China como um grande mercado consumidor, sendo assim, pode ser um destino importante para as exportações dos produtos guineense, o que ajuda a aumentar a competitividade e a diversificar a economia do país.
- 3) Cooperação técnica: A China tem muita experiência em várias áreas, incluindo infraestrutura, energia, agricultura e saúde.
- 4) Acesso a empréstimos e financiamento: A China oferece empréstimos e financiamento para países em desenvolvimento. Isso pode ajudar a Guiné-Bissau a financiar projetos importantes de desenvolvimento, em especial das infraestruturas.
- 5) Potencial para turismo: A China é um importante mercado emissor de turistas e pode ser um destino potencial para o turismo guineense. Isso pode ajudar a diversificar a economia do país e criar oportunidades de emprego.

Deste modo, o Incremento das relações econômicas entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China podem trazer várias vantagens e benefícios para ambos os países, incluindo investimentos, exportações, cooperação técnica, acesso a empréstimos, financiamento, e potencial para turismo. Relativamente aos pontos citados acima sobre algumas potenciais vantagens e benefícios do incremento das relações económicas entre a Guiné-Bissau e a China, pode-se dizer que, o acordo de cooperação entre ambos os países nos diversos setores é de extrema importância, principalmente para o país africano, apoio e assistência da China, ajuda de uma forma significativa no crescimento econômico e no desenvolvimento da Guiné-Bissau. É de salientar ainda que a República Popular da China, além de ser uma das potências econômicas mundiais, é também um dos países mais influentes do mundo e tem assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O aumento das relações com a China pode ajudar a Guiné-Bissau a aumentar sua influência diplomática no cenário internacional, à luz dos elementos expostos, é a proposta do próximo capítulo.

6.3. A COOPERAÇÃO ENTRE A GUINÉ-BISSAU E A CHINA: ACORDOS BILATERAIS, DISCURSOS OFICIAIS/VISITAS, E OS DADOS (ÍNDICES) DO DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU

No presente capítulo, visamos abordar sobre o acordo de cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China, trazendo os discursos e alguns dados do desenvolvimento deste país africano fruto da sua relação com a China.

7. CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África, faz fronteiras com a República de Senegal ao norte, ao Sul e Leste com a república da Guiné-Conacri, e ao oeste com Oceano Atlântico (mapa 1), com a superfície total de 36,125 Km², com a população que gira em torno de dois milhões e sessenta e um mil (2061.000) habitantes segundo dados de (2021).

A Guiné-Bissau foi colônia portuguesa, os portugueses por intermédio do navegador e explorador Nuno Tristão, foram primeiros europeus a pisarem no solo guineense nos anos de 1446, quando chegaram no solo deste País africano, foram bem recebidos pela população local da etnia Fula, e estabeleceram as relações comerciais, tais relações foram muito importante no processo de adaptação e articulação política dos próprios portugueses, após a conferência de Berlim de 1884 a 1885, foram criadas as estruturas coloniais. As campanhas de ocupação foram realizadas entre os anos de 1913 e 1915, culminando na conquista e ocupação da Ilha de Canhabaque, no Arquipélago dos Bijagós em 1936, (Mango, p. 8-9, 2022). Segundo (MBunde 2015), a efetiva colonização da Guiné-Bissau aconteceu a partir da metade do século XIX. Entre os séculos XV e XIX, os portugueses não se preocupavam com o desenvolvimento deste País África que denominavam na época da “Guiné-Portuguesa”, o interesse deles eram apenas a exploração das riquezas, na época, os guineenses locais praticavam atividades de cultivo, pastos, apicultura, pesca e coletores dos produtos agrícolas, ou seja, a maior parte da população eram cultivadores, criadores de gados, apicultores, e coletores dos produtos, eram obrigados a pagarem impostos a administração do Estado Colonial, (MBunde, 2015).

Mapa 1: Regiões da Guiné-Bissau

Fonte: Dreamstime

Semelhante aos países africanos, a República da Guiné-Bissau é um Estado multiétnico, e conta com cerca de trinta (30) grupos étnicos, cada uma com a sua cultura e tradições. As principais etnias se concentram em dois conjuntos a saber, os animistas: “Balantas, Manjacos, Papéis, Bijagós, Felupes e Mancanhas”, e os islâmicos ou muçulmanos:”(Fulas, Mandingas e Beafadas”. A Guiné-Bissau é um estado Laico, abriga várias religiões, segundo as estimativas dos últimos anos, 65% são animistas ou cristãos não praticantes, 33% são muçulmanos, e mais de 5% são cristãos praticantes. Em termos administrativos, o País está dividida em três (3) províncias a saber: Norte, Sul e Leste, e oito (8) regiões e mais Setor autônomo de Bissau: Bafatá, Gabú, Cacheu, Biombo, Tombali, Quinara, Oio e Bolama e o setor autônomo de Bissau, e trinta e oito (38) setores (mapa 2). E ainda conta com mais de 80 ilhas que situam na Zona Insular, nos Arquipélagos dos Bijagós. Em relação às línguas, o Português é a Língua oficial deste País africano, a Língua mais falada nacionalmente é o “Crioulo”. Em todo o país, é falada várias línguas étnicas, mas o Crioulo serve como um elo de comunicação entre grupos étnicos existentes no País, é a Língua Nacional que todos os guineenses falam, é a base do português, quem fala o português, consegue entender o Crioulo, (M’Bunde, p. 25-26, 2015).

Mapa 2: Regiões e setores da Guiné-Bissau



Fonte: Enciclopédia Global

7.1. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU

O processo de independência da Guiné-Bissau foi desenhado e articulado pelo Amílcar Lopes Cabral e os companheiros guineenses e cabo-verdianos, Cabral nasceu em Bafatá, Guiné-Bissau, filho de imigrantes cabo-verdianos (Juvenal Lopes Cabral e Iva Pinhel Évora), com oito anos de idade se mudou para Cabo-Verde com a família onde iniciou os seus estudos primários, depois de terminar o ensino médio, conseguiu uma bolsa de estudo para Portugal, em 1945 ingressou no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, e era o único estudante negro na sua turma. É de salientar que durante o percurso académico do Amílcar Cabral em Lisboa, os colonizadores portugueses já estavam explorando a Guiné-Bissau, foi então que começou a participar em diferentes movimentos e grupos antifascistas junto com outros estudantes internacionais com o intuito de aprimorar o seu conhecimento. Depois da conclusão da sua graduação em 1950, trabalhou durante dois anos na estação agronómica de Santarém, Portugal. De acordo com a Rizzi (2012), Amílcar Lopes Cabral voltou para a Guiné-Bissau onde passou a trabalhar na Granja experimental de Pessube em 1953, durante o seu trabalho onde percorria

todo o País de porta em porta, foi então que inteirou-se das realidades sociais e políticas do país, depois de adquirir conhecimentos profundos da realidade social e política vigente no País, começou a mobilização da população com intuito de constituir a base social para o desenvolvimento da luta de libertação nacional, recebeu uma aceitação e apoio dos guineenses e alguns companheiros cabo-verdianos que aderiram à ideia de uma luta conjunta para a libertação nacional dos dois países (Guiné e Cabo Verde), nos anos de 1954, Amílcar Lopes Cabral tentou criar uma associação desportiva aberta a todos os guineenses mas os portugueses ao que os portugueses não permitiram, proibindo a sua presença no seu próprio País, liberaram apenas a sua visita familiar anualmente, e foi então que, na ocasião de uma dessas visitas, Cabral organizou uma reunião no dia 19 de Setembro de 1956 que culminou com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), com os companheiros, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin no dia 19 de Setembro de 1956, (Rizzi, p. 64, 2012).

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na época era um movimento que nos primeiros momentos optou por uma atuação pacífica, porque acreditava que o diálogo era a melhor forma de exigir a retirada dos portugueses, só que essa estratégia não deu certo porque os portugueses não aceitaram a proposta do movimento nacionalista guineense, isso levou o grupo nacionalista a optar pela luta armada e sangrenta, cientes de consequências, pois o maior objetivo era libertar o País e expulsar os colonizadores portugueses, (Infante, p. 24, 2021). Entre 1960 e 1962, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) começou a articular em busca de apoios dos parceiros para a formação militar e fornecimento de munições de guerra, a China e o Reino de Marrocos foram um dos primeiros que receberam Amílcar Lopes Cabral junto com outros militantes do Partido, fornecendo-lhes apoios, preparações e formações militar e ideológica com o intuito de expulsar os colonizadores e racistas portugueses daquele país africano.

É de salientar que o massacre de Pindjiguiti que ocorreu em Bissau no dia 3 de Agosto de 1959, um evento onde os marinheiros e estivadores do Porto de Bissau reivindicavam melhores condições de trabalho e a redução da carga horária, nesse evento que era pacífico, os manifestantes foram brutalmente abatidos a queima roupa pela força policial colonial onde morreram dezenas de guineenses, o massacre de Pindjiguiti foi considerado por alguns estudiosos como um estopim que levou a imediata início da luta armada para a independência que teve início no dia 23 de Janeiro de 1963 conduzido pelo PAIGC contra o regime português, a Fortaleza portuguesa no Tite, Sul do País foi primeira que os guerrilhas do PAIGC atacaram,

seguindo para a Fortaleza de Fulacunda, e Buba, no Norte do País, com apoio da frente de libertação nacional da Guiné (FLING), o movimento recebeu apoios da União soviética, Cuba e da República Popular da China, esse apoio deve a aderência às ideologias comunistas, Com excessivos números de ataques aos quartéis e acampamentos dos colonizadores portugueses totalizando 147 ataques em 1967, o território do País estava efetivamente controlado pelo PAIGC, o que levou à mudança estratégica por parte dos portugueses com a chegada do novo governador de nome António de Spínola. O Spínola adotou uma nova estratégia porque não acreditava mais em armas como meio ideal para dominar a Guiné-Bissau, começou então uma campanha com a propaganda de construir hospitais, melhorias das telecomunicações etc, isto porque o objetivo era ganhar confiança dos guineenses para conquistar o País, tentou negociar com o PAIGC, mas não teve êxito porque o Partido não queria nenhuma outra proposta senão a independência da Guiné-Bissau, desta forma, o Partido africano insistiu em duas conclusões para iniciar as negociações com o novo governo da Metrópole:

1. “Reconhecer a independência total da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação do povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde; 2. Reconhecimento dos mesmos direitos aos outros povos dos territórios portugueses em África” (Infante, p. 26, 2021).

De acordo com M'Bunde (2021), o fundador do PAIGC e Pai da nacionalidades da Guiné-Bissau e Cabo Verde foi assassinado ainda na véspera da independência pelo comandante naval e membro do PAIGC de nome Inocêncio Kani, as razões do assassinato do Amílcar Lopes Cabral continuam incógnitas, (M'Bunde, p. 28, 2021).

A República da Guiné-Bissau, ex-colônia portuguesa, que na época era também era conhecida como Guiné-Portuguesa, foi a primeira colônia Portuguesa no continente africano a conquistar a sua independência unilateral através de uma luta armada e sangrenta que durou cerca de onze anos, culminando na proclamação da independência deste País africano no dia 20 de Setembro de 1973, a carta da proclamação da independência da República da Guiné-Bissau foi lida pelo João Bernardo Vieira (Nino), nas Colinas de Boé, Setor de Madina de Boé (Guiné-Bissau), a partir desse momento a Organização das Nações Unidas e mais de oitenta (80) países reconheceram a Guiné-Bissau como um estado novo, o Governo português reconheceu a independência total da Guiné-Bissau no dia 10 de Setembro de 1974. A luta armada com intuito de expulsar os portugueses, foi liderada pelas guerrilhas do Partido africano para a Independência da Guiné e cabo Verde (PAIGC), a luta de libertação nacional da Guiné-Bissau

foi um dos conflitos políticos armados mais longos da costa ocidental da África, sendo o primeiro País da Costa ocidental a conquistar a sua independência, (Infante, p. 23-24, 2021). No que tange às estratégias imprimidas pela Guiné-Bissau na luta pela independência, pode-se dizer que foi uma das mais bem desenhadas em todas as ex-colônias portuguesas, porque a derrota de Portugal na Guiné-Bissau fez com que as outras colônias portuguesas alcançarem as suas independências, é de salientar que a derrota que Portugal sofreu na Guiné-Bissau foi muito crucial para a libertação deste país europeu do regime fascista que massacrava os portugueses durante cinco décadas. A revolta do dia 25 de Abril de 1974 em Portugal contra o regime fascista, iniciou na Guiné-Bissau com um grupo de militares portugueses descontentes, a ala socialista que achava que a guerra provocada pelo governo de Portugal na Guiné-Bissau era para beneficiar a elite fascista, (Infante, p. 26, 2021).

Como nos ensina Infante (2021), a independência da Guiné-Bissau teve um significado enorme não só para os guineenses, mas também para o continente africano, em especial aos Países africanos da Língua portuguesa (PALOP), e para Portugal que conseguiu se libertar do antigo regime fascista, o Engenheiro Amílcar Cabral, de uma forma sabia desenhou uma luta sem ódio e sem discriminação contra os portugueses, é de salientar que durante todo o processo de luta armada que durou onze anos, de 1963 a 1974 como citado anteriormente, milhares de guineenses perderam suas vidas durante esse processo, houve aproximadamente mais de quinze mil mortes, (Infante, p. 27, 2021). É de salientar que, com a proclamação da independência da Guiné-Bissau, o irmão do Amílcar Lopes Cabral, Luís Cabral, foi nomeado como o primeiro presidente do País, tendo governado até aos anos de 1980.

7.2. GOLPE MILITAR DE 1980, E O ROMPIMENTO COM CABO-VERDE

O golpe militar denominado de “Movimento Reajustador”, que aconteceu no dia 14 de Novembro de 1980 liderado pelo general João Bernardo Vieira (Nino) que culminou na deposição do Luís Cabral e consequentemente na separação da Guiné e Cabo Verde, contrariando os objetivos do projeto da unidade dos povos (Guiné e Cabo Verde), projeto este idealizado pelo Amílcar Lopes Cabral, cujo objetivo principal é unir os dois povos irmãos contra os colonialistas portugueses construindo uma supranacionalidade. O projeto conseguiu realizar um dos seus maiores objetivos principais que era expulsar os colonizadores portugueses, apesar de não conseguir manter a unidade entre os dois povos irmãos, isto devido às rivalidades internas existentes dentro do partido muito antes da independência, esse segredo era mantido

escondido pelos dirigentes do PAIGC que asseguravam a população que o projeto da unidade estava indo muito bem, mas que na verdade estava cheio de problemas internos não resolvidos. As rivalidades entre os guineenses e os cabo-verdianos começaram muito cedo, como citado anteriormente, dentro do próprio partido, tinha ala que não estavam de acordo com o projeto unidade entre os dois povos, mesmo assim a sua implementação foi forçada, os guineenses viam os cabo-verdianos como privilegiados e que iam continuar com projeto de dominação, e que aproximavam mais dos colonizadores e tiveram mais oportunidades de estudos, ou seja, o Amílcar Lopes Cabral mandava os cabo-verdianos para estudar enquanto os guineenses iam para a luta, daí que essa ala discordante do projeto de unidade previu as futuras consequências caso o projeto seguisse. O assassinato de Amílcar Lopes Cabral no dia 20 de Setembro de 1973 deu mais força a ala que defendia a separação dos dois povos irmãos, acusando o general João Bernardo Vieira de assassinato de Cabral, apesar do simbolismo do golpe que resultou na separação dos dois povos irmãos a luta, alguns dirigentes da ala cabo-verdiana confessaram que o projeto de unidade estava mal equacionada (Infante, p. 27-28, 2021).

O referido golpe militar foi uma gota da água que interrompeu a tão sonhada unidade entre os dois povos irmãos, após a deposição do Luís Cabral, a elite política cabo verdiana se reuniu na cidade de Praia, de 16 a 20 de Janeiro de 1981 numa conferência conferência com o intuito de analisar os recentes acontecimentos do golpe, a conferência nacional acabou se transformando num congresso, que proclamou a existência de um partido nacional de Cabo Verde, que passou a se denominar de Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV), mas seguindo com todo o legado histórico, político e ideológico do Partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), bem como as guias e os pensamentos de Amílcar Lopes Cabral, adotando o estatuto e o programa do PAIGC em tudo o que não era incompatível com as realidades. Com a criação do Partido Africano para independência de Cabo Verde (PAICV) por parte da elite política cabo-verdiana, os guineenses com intuito de buscar uma saída para o impasse provocado pelo golpe militar, o Partido africano para independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) realizaram o primeiro congresso do partido de 8 a 14 de Novembro de 1981, elegendo o general João Bernardo Vieira (Nino) como Secretário geral, e demais membros para composição de órgãos do partido. O primeiro passo de reatamento das relações entre ambos países deu-se quando os dois chefes de estados (João Bernardo Vieira e Aristides Pereira) se encontraram em Maputo, Moçambique, de 16 a 22 de Junho de 1982 para uma reunião, o encontro entre os dois chefes de estados irmãos resultou num comunicado conjunto em que, “manifestaram o interesse e desejo de resolver os problemas pendentes e

retomar as relações de cooperação entre os dois países irmãos com base no respeito mútuo e na soberania dos estados, na não ingerência nos assuntos internos, na igualdade e reciprocidade de vantagens, as negociações que teve seu início em Maputo, terminou em Bissau em 1983 (Rizzi, p. 107-108, 2012).

Como citado anteriormente, as tensões e desconfianças que imperava no seio do Partido entre ala guineense e ala cabo verdiana e que resultou no golpe militar de 14 de novembro de 1980, foi motivada por vários fatores, como aponta Beto Infande:

Sobre as razões que levaram a esta ação militar, intitulado de Movimento Reajustador e negando o epíteto de golpe afirma João Bernardo Vieira que: “O recurso às armas não foi, porém, a via mais fácil para nós. Houve várias tentativas no quadro dos princípios básicos do nosso Partido, o PAIGC, para solucionarmos os graves problemas nacionais, mas infelizmente, à mercê de uma política antidemocrática, de flagrante desvio da linha do Partido, foram bloqueadas todas as possibilidades de discussão e de diálogo. São essas e demais causas fundamentais que originaram a nossa ação do dia 14 de novembro, realçamos a degradante situação económica social do país, o desvio da linha ideológica do Partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático, no combate duro à aplicação do princípio de crítica e autocrítica, na deturpação do Princípio da Unidade Guiné e Cabo-Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, responsáveis e dirigentes”. Aparentemente, não havia qualquer descontinuidade ideológica a justificar o golpe. Na mesma comunicação telegráfica endereçada a Aristides Pereira, Nino Vieira reafirmava ao “Camarada Secretário-geral que os acontecimentos de 14 de novembro nada tem contra linhas e pensamentos do saudoso Amílcar Cabral e os fundamentos do partido”. Os novos poderes em Bissau, nomeadamente o Conselho da Revolução, eram formados por “verdadeiros militantes”, estavam” prontos e abertos para discussões” e como tal não houve nenhum desvio às linhas do partido”. [...] É tido como detonador da ação militar, a revisão constitucional que segundo João Bernardo Vieira objetivou-se” na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua Identidade Nacional”. É que também segundo os golpistas, enquanto em Cabo Verde a Constituição não permite a um guineense ser Presidente, o texto da Guiné foi elaborado de forma a permitir que um cabo-verdiano seja presidente e permitia a pena de morte na Guiné-Bissau e não em Cabo Verde, os guineenses reclamavam da Unidade na Igualdade (Infande, p. 28-29).

Para Beto Infande, há outros motivos do Golpe Militar:

Dentre as razões alegadas para o golpe de Estado, foram apontados: crise política interna do PAIGC e cerceamento de diálogo no interior do partido, crise económica e social no país, com escassez de alimentos básicos, como arroz, batata, óleo e açúcar; prisões e fuzilamentos de ex-comandos africanos, ex-milicianos e de alguns civis, acusados de terem pertencido ou apoiado o exército colonial português, (Infande, p. 29, 2021).

Com a intensa clima de desavença e desconfiança dentro do PAIGC, esses fatores justificaram o levantamento militar, os pontos citados pelo general João Bernardo Vieira, líder do golpe, justificaram a execução do mesmo, existia uma desigualdade na constituição dos dois países irmão, na constituição que regia os dois países, um guineense não podia ser candidato à presidência de Cabo Verde, mas cabo-verdiano podia ser candidato à presidência dos dois países, além da pena de morte que vigorava na Guiné-Bissau. O general João Bernardo Vieira não conhecimento de alguns atos praticados durante o governo de Luís Cabral, um dos casos dos casos foi o asfixiamento de cerca de cem (100) pessoas em Farim, acusados de terem apoiados os colonialistas portugueses, esse caso foi descoberto depois do golpe militar, portanto forma vários pontos fortes que justificaram o golpe e conseqüentemente a separação com o Cabo verde (Infante, p. 29-30).

O golpe militar chocou a maior parte dos cabo-verdianos, sendo assim, o movimento reajustador por meio do seu líder general João Bernardo Vieira, tentou esclarecendo aos cabo-verdianos que o golpe não teve nada a ver com ato racial ou anti-caboverdiano e que os princípios deixado pelo líder da luta, Amílcar Lopes Cabral continuariam dirigindo o partido, como aponta Infante:

Se para as autoridades da Guiné-Bissau Bissau, o golpe não punha em risco o pensamento de Cabral e os fundamentos do partido, discursos como “correr com os colonizadores que ainda estavam no País”, “devolver a identidade nacional aos guineenses”, “segunda libertação nacional”, proferidos pelos membros do Conselho da Revolução chocaram profundamente os camaradas cabo-verdianos. Facto que levou muito cedo, o Conselho da Revolução, a empenhar-se em afirmar que o Movimento Reajustador não foi e nem podia ser racista e anti-caboverdiano e que por isso os cabo-verdianos não tinham nada a temer, (Infante, p. 30, 2021).

Nos argumentos dos autores abordados no texto, percebe-se que o golpe militar de 14 de Novembro de 1980, liderado pelo general João Bernardo Vieira, apesar de ter acontecido nessa época, era visível que podia acontecer a qualquer momento porque a conjuntura já demonstrava intensos momentos entre duas alas (guineenses e cabo-verdianos) devido aos conflitos internos não resolvidos que existiam no seio do partido.

Desde a proclamação da independência da República da Guiné-Bissau em 1973, este País africano tem vivido momentos de instabilidades políticas e sucessivos golpes militares e subversão da ordem pública, a tabela a seguir, ilustra os golpes militares desde 1973 a 2012, bem como as motivações dos mesmos.

Quadro 6: Golpes e Transições na Guiné-Bissau 1973-2012

Anos	Golpes de Estado	Motivações	Presidentes interinos/Sucessores
1973	Assassinato do Amílcar Cabral, para muitos, foi o primeiro golpe na história política da Guiné-Bissau	Incógnita, mas já era visíveis as rivalidades entre alas do PAIGC (guineenses e cabo-verdianos)	Luís Cabral
1980	14 de novembro. João Bernardo Vieira depôs Luís Cabral	Os revoltosos alegaram que o Luís Cabral privilegiava os cabo-verdianos e marginalizava os guineenses	João Bernardo Vieira
1999	A queda do João Bernardo Vieira, em consequência do conflito político-militar	Tráfico de armas aos independentistas de Casamansa	Malam Bacai Sanha assume interinamente, depois o Kumba Yalá assume democraticamente
2003	Derrubada de Kumba Yalá	Crises político-institucionais e econômicas	Henrique Rosa assume interinamente, depois João Bernardo Vieira assume democraticamente

2009	Assassinato do Presidente João Bernardo Vieira	Incognita mas, tem informações de que foi uma reação ao assassinato do Chefe das Forças Armadas, Batista Tagme na Wai, poucos horas antes.	Raimundo Pereira assume interinamente, depois Malam Bacai Sanhá assume democraticamente
2012	Morte natural do Malam Bacai Sanhá	Doença Prolongada	Raimundo Pereira assume interinamente
2012	Deposição do governo do PAIGC e presidente interino, Raimundo Pereira	Crise entre militares chineses e angolanos que estavam numa missão no País	Manuel Nhamadjo assume interinamente

Fonte: M'Bunde

8. CONTEXTO GERAL DAS RELAÇÕES SINO-GUINEENSE

A República da Guiné-Bissau mantém relações diplomáticas com a República Popular da China desde os anos de 1960, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram os seus primeiros encontros ainda nessa década. As aproximações entre o Partido africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido Comunista Chinês (PCC) tinham como foco a ajuda política e ideológica, para expulsar os portugueses desse país lusófono da África Ocidental. As relações entre ambos os países se oficializaram depois da independência da Guiné-Bissau nos anos de 1973, que foi reconhecida em 1974 pelo governo português. As relações de cooperação entre ambos os países continua crescendo nas diversas áreas como a agricultura, comércio, educação, Saúde, turismo e entre outros (Infante, p.15, 2020).

Como nos ensina Cambanco (2019), depois da independência da Guiné-Bissau, foram assinados dois acordos de cooperação com a República Popular da China, nomeadamente nas áreas de Saúde em 1976, e na área de educação em 1977, sendo os primeiros setores contemplados no âmbito de acordo de cooperação entre ambos os Países, na década de 1980, a cooperação entre estes países amigos teve poucos avanços e poucos acordos assinados porque a econômica da China estava em crescimento e fortalecimento. É de salientar que as relações entre estes dois países amigos foram interrompidas várias vezes porque a Guiné-Bissau chegou a tentar jogar em dois campos, o país africano foi aliciada pelo governo de Taiwan a reconhecer a sua soberania, o que levou à suspensão automática da sua relação diplomática com a República Popular da China em 1990, restabelecidas em 1998, como a China não reconhece a Região de Taiwan, impôs isso aos Países parceiros, ou seja qualquer país parceiro da China, ao reconhecer a soberania de Taiwan, a China corta automaticamente relações com este País, (Cambanco, p. 79, 2019).

A cooperação entre os dois países (Guiné-Bissau-China), é uma parceria semelhante aos demais Países africanos, as relações de cooperação com Pequim são estabelecidas pelo pragmatismo e a lógica de ganha-ganha (win-win), (M'bunde, p. 135, 2015).

8.1. ANÁLISE SOBRE ACORDOS BILATERAIS ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉBISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Como citado anteriormente, os dois países amigos mantêm acordos de cooperação nas diversas áreas, desta feita, faremos uma breve análise sobre alguns setores abordados no capítulo anterior.

A República da Guiné-Bissau é um país em desenvolvimento, carece de meios para a execução dos projetos que visam o desenvolvimento do mesmo, sendo assim, a sua abertura ao mundo no que tange às relações de cooperação acaba trazendo luz no fim do túnel, em especial a sua relação com o gigante asiático.

O Acordo de Cooperação entre a Guiné-Bissau e a China nesses setores, ajudou e está ajudando de uma forma positiva na evolução econômica e no desenvolvimento deste País africano.

A República da Guiné-Bissau é um país com grande potencial no setor agrícola, devido ao seu clima tropical e solo fértil, a agricultura é a principal atividade econômica do país e emprega cerca de 80% da população ativa. Os principais cultivos da Guiné-Bissau incluem desde arroz, milho, mandioca, amendoim, batata-doce, feijão, frutas, legumes e castanha de caju.

No entanto, apesar do potencial agrícola da Guiné-Bissau, esse setor enfrenta vários desafios, desde a falta de infraestrutura, acesso limitado a insumos agrícolas, baixa produtividade e a dependência de chuvas para irrigação, são alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos agricultores guineenses. Além disso, o país tem enfrentado instabilidade política e social, o que tem afetado negativamente a economia em geral e o setor agrícola em particular, a falta de investimentos na modernização e diversificação do setor agrícola também é um desafio para o desenvolvimento sustentável do país.

Acordo de cooperação entre a Guiné-Bissau e a China nesse setor, com fornecimentos de materiais agrícolas, envio de técnicos a Guiné-Bissau, e intercâmbios dos técnicos guineenses a China, tem ajudado muito a melhorar as atividades agrícolas nos últimos anos, impactando de uma forma positiva no aumento da produção agrícola, minimizando assim os esforços da população. É de salientar que, na Guiné-Bissau, chove bastante, o País tem dois tipos de clima, Seca e Chuva, dividido em seis meses, ou seja, chove neste País africano anualmente de Maio à Outubro, o que facilita na irrigação agrícola. Com apoio dos parceiros, em especial a China, as atividades agrícolas ganharam um novo rumo na Guiné-Bissau, o que impacta de uma forma significativa na evolução econômica e no desenvolvimento do País.

O setor comercial na Guiné-Bissau é composto principalmente por pequenos e médios negócios, comércio informal e algumas empresas de médio porte, a economia guineense é baseada principalmente na agricultura, pesca e exploração de recursos naturais, o que influencia diretamente o setor comercial do país. As principais atividades comerciais na Guiné-Bissau incluem desde a venda de produtos agrícolas como arroz, milho, amendoim, frutas, legumes e castanha de caju, além da venda de produtos importados, como alimentos, roupas, eletrônicos e materiais de construção. A capital, Bissau, é o principal centro comercial do país, onde se encontram os principais mercados e lojas.

No entanto, o setor comercial guineense enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a baixa capacidade empresarial, a falta de acesso a financiamento, a corrupção e a instabilidade política. Esses fatores limitam o desenvolvimento do setor e afetam negativamente a economia do país como um todo.

Acordo de cooperação entre a Guiné-Bissau e a China nesse setor, abriu caminho para exportação da castanha de caju que é o principal produto de exportação deste País africano, e também permitiu as trocas comerciais entre ambos os países, atualmente, existem dezenas de empresários chineses na Guiné-Bissau, nos principais mercados de Bissau há várias lojas, armazéns e mesas dos chineses, vendendo diversos produtos a preços baixos, são famosos por uma expressão de marketing adotado “ Bonito Barato i ka tem garantia” bonita barato e sem garantia, traduzido da língua crioula do país. É de salientar que, a República popular da China é um dos principal parceiro comercial da Guiné-Bissau, acordo de cooperação neste setor trouxe muitas vantagens, tanto para empresários locais, como para a própria população, apesar da maioria dos produtos chinês não serem duráveis, mas são baratas, o que facilita no poder de compra principalmente para a população mais carente ou seja, com baixa renda.

O setor de obras e infraestruturas na Guiné-Bissau ainda enfrenta muitos desafios em termos de desenvolvimento e modernização, a maioria das infraestruturas do país é antiga e inadequada para as necessidades da população, o que dificulta o crescimento econômico e social, algumas das principais questões enfrentadas pelo setor incluem:

- 1) Falta de investimento: A Guiné-Bissau tem uma das economias mais pobres do mundo, o que limita a quantidade de recursos financeiros disponíveis para investir em infraestruturas.
- 2) Falta de manutenção: Muitas das infraestruturas existentes estão em mau estado devido à falta de manutenção, o que torna difícil garantir sua durabilidade e eficácia.

- 3) Pouca capacidade técnica: A falta de capacidade técnica e de recursos humanos qualificados no país torna difícil a construção e manutenção de infraestruturas.
- 4) Condições climáticas adversas: A Guiné-Bissau é um país tropical que experimenta chuvas intensas e ciclones, o que pode danificar infraestruturas e dificultar a sua construção e manutenção.

No entanto, o governo guineense tem feito esforços para melhorar o setor de obras e infraestruturas, algumas das iniciativas incluem a construção de novas estradas e pontes, a modernização dos portos e aeroportos, e a expansão das redes de eletricidade e água. Além disso, o país tem buscado parcerias com países e organizações internacionais para ajudar a financiar e desenvolver projetos de infraestrutura.

Portanto, acordo de cooperação entre a Guiné-Bissau e a China nesse setor, tem impactado de uma forma positiva tanto no desenvolvimento, como na evolução econômica do país, porque como diz o atual embaixador chinês na Guiné-Bissau, “sem infraestruturas não se pode falar do desenvolvimento”, o que de alguma forma corresponde a realidade, tudo começa pelas infraestruturas porque a estrutura estatais ou a máquina pública precisa de infraestruturas para funcionar. A China tem apoiado este País africano tanto nos investimentos em projetos de infraestruturas, como na reforma e construção dos edifícios públicos, o que contribui de uma significativa no desenvolvimento e na evolução econômica da Guiné-Bissau.

A República da Guiné-Bissau, como citado anteriormente, é um país costeiro localizado na África Ocidental, com uma rica costa de pesca e uma das maiores zonas de pesca exclusiva da região, a pesca é uma das principais atividades econômicas do país, empregando uma grande parte da população e contribuindo significativamente para a evolução econômica do país. A pesca na Guiné-Bissau é uma fonte importante de alimento para a população local e também é um importante setor de exportação, as principais espécies capturadas incluem desde o camarão, atum, caranguejo, lagosta, polvo e peixes de água doce.

No entanto, o setor da pesca neste País africano enfrenta desafios significativos, incluindo a pesca ilegal, a sobre-exploração de recursos e a falta de infraestrutura e tecnologia adequadas. O governo guineense tem implementado medidas para combater a pesca ilegal e proteger os recursos pesqueiros do país, incluindo a criação de áreas marinhas protegidas e a adoção de regulamentações para a pesca sustentável.

Além disso, a Guiné-Bissau tem firmado acordos de pesca com outros países, em especial, a República Popular da China, permitindo a pesca nas suas águas por embarcações estrangeiras em troca de taxas e benefícios econômicos, no entanto, estes acordos têm sido

criticados por alguns especialistas por não beneficiarem adequadamente a população local e por contribuírem para a sobre-exploração de recursos pesqueiros.

As relações de cooperação entre ambos os países como citado anteriormente, tem recebido muitas críticas, tanto dos atores e especialistas internacionais como dos nacionais, acusando o gigante asiático de se aproveitar das fragilidades econômicas do País africano para se beneficiar, a China tem apoiado a Guiné-Bissau desde os primeiros momentos e até então continuam apoiando, se formos ver os projetos financiados e executados pelo país asiático na Guiné-Bissau, e os que estão em processo de execução, chegaremos a conclusão de que, a China não está aproveitando das fragilidades nenhuma, mas a sua diplomacia e forma de relacionamento com os Países africanos em especial a Guiné-Bissau é muito diferente em relação aos outros parceiros ocidentais, isso acaba de alguma forma gerar um pouco de insegurança de alguns país do ocidente em relação a presença massiva da China na Guiné-Bissau, claro que alguns acordos de cooperação precisam de revisões, sobretudo o setor da pesca que recebe mais críticas, mas isso não significa o aproveitamento por parte do gigante asiático, atualmente está em curso a construção da primeira autoestrada da Guiné-Bissau, financiada pelo governo chinês, a primeira do País desde a sua independência, além de outros projetos citados no texto, levando em conta a cooperação em si, que tem ganha ganha ou ganha perde, desta forma ambos saem ganhando.

A República Popular da China financia e executa projetos, faz empréstimos a longo prazo, perdoa dívidas em caso do país não estiver à altura de pagar, doa materiais aos agricultores, pequenos pescadores guineenses, fornece equipamentos eletrônicos aos órgãos públicos deste País africano, a China não impõe condicionalismo aos empréstimos que faz ao governo guineense, nem pressiona e nem cancela nenhum projeto ou financiamento devido aos sucessivos golpes militares, o que a diferencia dos outros parceiros ocidentais.

8.2. DISCURSO OFICIAIS/VISITAS DAS AUTORIDADES GUINEENSES E CHINESES

No dia 17 de março de 2023, o diplomata chinês na Guiné-Bissau, Sr. Guo Ce, a Representante do Presidente da República, Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades, a Sra. Suzi Barbosa, e o Ministro das Pescas, Sr. Orlando Viegas, participaram na Inauguração da Unidade de Transformação e Conservação do Pescado, oferecido pela empresa chinesa-Zhongyu Global Seafood CORP. à Guiné-Bissau. A cerimônia também contou com a presença do Presidente da China National Fisheries, CORP., que é a empresa controladora de Zhongyu Global Seafood CORP., Sr. Zong Wenfeng, os representantes das Missões Diplomáticas na Guiné-Bissau.

A Unidade é a maior fábrica moderna de processamento do pescado na Guiné-Bissau no momento, com um investimento total de 8 milhões de dólares. Está localizado no Porto de Alto Bandim, que também foi financiado e construído pelo governo chinês, ocupa uma área geográfica de 4.000 metros quadrados, é construído pela fábrica de processamento, câmaras frigoríficas, fábrica de produção de gelo e armazéns de venda de materiais e engenhos de pesca artesanal.

O Embaixador da República Popular da China no país, Guo Ce, durante a sua intervenção na cerimônia de inauguração da Unidade de Transformação e Conservação do Pescado no Porto de Alto Bandim, o Diplomata frisou que desde março de 1985, a China e a Guiné-Bissau iniciaram a cooperação pesqueira até à data presente e nunca foi interrompida, disse ainda que a empresa chinesa ZhongYu Global Seafood Corporation desenvolveu atividades pesqueiras no quadro do acordo de cooperação bilateral, desempenhando um papel importante na promoção e cooperação e intercâmbio entre a China e a Guiné-Bissau. É de salientar ainda, que a obra inaugurada foi financiada pela República Popular da China no valor de oito milhões de dólares no quadro da Cooperação bilateral entre os dois países.

A Chefe da Diplomacia guineense Suzi Carla Barbosa no seu discurso, agradeceu os apoios da República Popular da China e enalteceu as boas relações existentes entre os dois países, segundo a Barbosa, este investimento permitiu dinamizar e modernizar o sector das pescas e criar 200 postos diretos de emprego.

Durante a sua intervenção, a Ministra afirmou que o ato simboliza um “salto qualitativo e crucial” na política de valorização dos recursos haliêuticos nacionais, existentes nas águas territoriais e zonas econômicas exclusivas do país, considerando uma mais valia o investimento público da cooperação sino-guineense na economia das pescas. A oportunidade serviu

igualmente para a Ministra enaltecer a excelente qualidade das relações de cooperação entre a China e a Guiné-Bissau, salientando o interesse económico e a importância social da nova infraestrutura inaugurada e dos equipamentos modernos instalados que correspondem ao maior investimento social feito por uma empresa chinesa.

A República Popular da China desde a assinatura do acordo de cooperação neste setor das pescas, tem apoiado continuamente a Guiné-Bissau, tanto por meio direto do governo, como por meio de empresas chinesas ligadas ao setor.

No dia 19 de maio de 2023, realizou-se a cerimónia de entrega do Projeto do Porto de Pesca Artesanal do Alto Bandim, financiado e construído pelo Governo da China à Guiné-Bissau. A cerimónia foi presidida pelo Presidente da República, Sr. Umaro Sissoco Embaló, na presença do Embaixador da China na Guiné-Bissau, Sr. Guo Ce, o Vice-Primeiro-Ministro, Sr. Soares Sambú, o Ministro das Pescas, Sr. Orlando Viegas, entre outros membros do governo guineense, e os representantes das Missões Diplomáticas na Guiné-Bissau. O Presidente da Guiné-Bissau e o diplomata Guo Ce visitaram o Projeto, cortaram a fita simbólica e desvendaram a placa para o Projeto em conjunto. Sob o testemunho do Presidente, o Embaixador Guo Ce e o Ministro das Pescas Orlando Viegas assinaram o certificado de entrega do Projeto.

O antigo Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Rui Duarte de Barros, num discurso proferido durante a 4ª conferência Ministerial do Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países da Língua Portuguesa, com o tema "Novo ciclo, novas oportunidades", e que pretendia elevar a cooperação económica e comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa (CPLP), de Barros que foi o primeiro a discursar, disse que a República Popular da China merece e merecerá sempre uma atenção especial do povo e do governo guineenses, o antigo Primeiro-Ministro disse ainda que, o seu país tem o objetivo de desenvolver uma verdadeira parceria estratégica com a República Popular da China e está fazendo seu maior esforço para melhorar as condições e atrair investimentos, bem como proteger os investidores privados chineses que investem nesse País africano, é de salientar que essa conferência ministerial foi realizada em Macau em 2013.

O Presidente guineense agradeceu ao Presidente Chinês, Sr. Xi Jinping, ao governo e ao povo chinês pelo seu apoio de longa prazo ao povo da Guiné-Bissau, afirmando que o Projeto do Porto de Pesca Artesanal do Alto Bandim tem uma enorme importância para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau, e é uma prova forte da amizade sino-guineense. Por fim, ele disse "Obrigado, China" em chinês. O Projeto do Porto de Pesca

Artesanal do Alto Bandim é um dos maiores projetos das cooperações entre os governos chinês e guineense, o projeto foi iniciado oficialmente em outubro de 2018.

Num outro âmbito dessa relação de cooperação entre ambos os países, o embaixador da Guiné-Bissau na China, António Serifo Embaló, numa entrevista exclusiva concedida ao Grupo de Mídia da China, destacou a luta em conjunto para a proteção da variedade biológica, afirmando que “a biodiversidade é a nossa existência”, o diplomata comentou ainda sobre a cooperação sino-guineense, e o papel desempenhado pela China nas Nações Unidas e os Jogos Olímpicos de Inverno de Beijing de 2022.

O primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Rui Duarte Acne, num discurso proferido durante a 4ª conferência Ministerial do Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países da Língua Portuguesa realizado no dia 06 de Novembro de 2013, Rui Duarte Acne disse que seu país tem o objetivo de desenvolver uma verdadeira parceria estratégica com a República Popular da China e está fazendo seu maior esforço para melhorar as condições e atrair e proteger os investidores privados chineses.

Levando em conta as dificuldades para encontrar discursos oficiais das autoridades de ambos os amigos, segue a tabela das principais visitas oficiais de lideranças chinesas e guineenses.

Quadro 7: Principais visitas da liderança chinesa a Guiné-Bissau

Meses	Anos	Nomes	Cargos ou Funções
Setembro	1989	Wang Hanbin	Vice Presidente da assembleia Nacional popular
Fevereiro	2001	Jipeiding	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Outubro	2002	Chen Jian	Ministro Adjunto da Economia e Comércio Exterior
Março	2004	Wei Jianguo	Vice-Ministro do Comércio Exterior
Setembro	2004	Lv Guozheng	Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiro
Novembro	2005	Lv Guozheng	Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiro
Janeiro	2007	Li Zhaoxing	Ministro dos Negócios Estrangeiros

Novembro	2009	Zhaijun	Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiro
Março	2011	Wang Jiarui	Ministro do Departamento de Ligação Internacional do Comité Central do Partido Comunista da China

Fonte: Infante, 2021.

Quadro 8: Tabela-Principais visitas de liderança guineense a China

Meses	Anos	Nomes	Cargo ou Funções
Julho	1975	Vitor Saúde Maria	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Outubro	1982	João Bernardo Vieira	Presidente da República
Abril	1986	Carmen Pereira	Presidente da Assembleia nacional popular
Abril	1998	Fernando de Elfen da Silva	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Outubro	2000	Mamadu Yaja Djaló	Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades
Janeiro	2002	Filomena Mascarenhas di Boté	Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades
Dezembro	2002	Kumba Yalá	Presidente da República
Junho	2004	Suarez Sambú	Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades
Outubro	2006	João Bernardo Vieira	Presidente da República
Outubro	2008	João bernardo Vieira	Presidente da República
Maio	2008	Francisco Benante	Presidente da Assembleia Nacional Popular

Setembro	2010	Carlos Gomes Júnior	Primeiro-Ministro
Novembro	2010	Carlos Gomes Júnior	Primeiro-Ministro

Fonte: Infante, 2021.

As duas tabelas acima demonstram as flexibilidades e importância das relações de cooperação entre esses dois países amigos de longos tempos.

9. DADOS/INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU

O desempenho da economia de um País é muito essencial, podendo ser visto como Produto Interno Bruto (PIB), ou a quantidade de todos os bens e serviços que o país vende. O Produto Interno Bruto (PIB) da Guiné-Bissau atingiu cerca de 139 bilhões de dólares em 2021, o que corresponde a cerca de 672 euros por habitante. O País ocupa a posição 186º no ranking econômico internacional, e 178º na lista dos países mais ricos do mundo. A taxa de inflação em 2022 foi de aproximadamente 9,39%, bem próximo da da União Europeia (UE) na qual a média foi de 9,22%, e muito distante da da China que foi de 2,0% no mesmo ano.

9.1. RENDA E PODER DE COMPRA NA GUINÉ-BISSAU

Em relação à renda e poder de compra neste País africano, a renda média mensal na Guiné-Bissau é de 54 dólares per capita, comparativamente a China, a renda mensal corresponde a 837 dólares, os preços das necessidades básicas diárias na Guiné-Bissau correspondem a cerca de 16,0%, muito baixos se comparado com a China. Comparando a renda e nível de preços entre ambos, a vida é muito mais cara na Guiné-Bissau do que na China, porque os custos não compensam devido a renda baixa o que acarreta no poder de compra principalmente da população com a renda muito baixa.

Quadro 9: Taxa de desemprego em por cento de 2000-2022

Anos	Percentagens
2000	6,25%
2001	6,3%
2002	6,38%
2003	6,37%
2004	6,25%
2005	6,21
2006	6,14%

2007	6,06%
2008	5,89%
2009	5,9%
2010	6,08%
2011	5,98%
2012	5,87%
2013	5,81%
2014	5,8%
2015	3,14%
2016	3,15%
2017	3,16%
2018	3,2%
2019	3,17%
2020	3,61%

2021	3,69%
2022	3,58%

Fonte: Dados Mundiais

A taxa de desemprego da República da Guiné-Bissau tem melhorado de uma forma significativa desde os anos 2000 à 2022 apesar dos sucessivos conflitos militares, o que tem contribuído na evolução econômica deste País africano.

Quadro 10: Desenvolvimento do Produto Interno Bruto em milhões de dólares de 2001-2020

Anos	PIB em milhões de dólares
2000	402 Milhões de dólares
2001	438 Milhões de dólares
2002	442 Milhões de dólares
2003	422 Milhões de dólares
2004	428 Milhões de dólares
2005	472 Milhões de dólares
2006	472 Milhões de dólares
2007	509 Milhões de dólares
2008	590 Milhões de dólares
2009	595 Milhões de dólares
2010	641 Milhões de dólares
2011	790 Milhões de dólares
2012	770 Milhões de dólares
2013	788 Milhões de dólares
2014	794 Milhões de dólares
2015	945 Milhões de dólares

2016	1,065 Milhões de dólares
2017	1,195 Milhões de dólares
2018	1,274 Milhões de dólares
2019	1,286 Milhões de dólares
2020	1,254 Milhões de dólares
2021	1,385 Milhões de dólares

Fonte: Dados Mundiais

O Produto Interno Bruto (PIB), também não fugiu à regra, tem melhorado bastante nos últimos anos, desde 2000 a 2021, o que de alguma forma contribui significativamente no crescimento económico da Guiné-Bissau.

Quadro 11: Desenvolvimento das importações e exportações em milhões de dólares de 2000-2020

Anos	Importações	Exportações
2001	92 Milhões	67 Milhões
2002	87 Milhões	61 Milhões
2003	102 Milhões	71 Milhões
2004	127 Milhões	83 Milhões
2005	148 Milhões	95 Milhões
2006	167 Milhões	78 Milhões
2007	236 Milhões	140 Milhões
2008	284 Milhões	172 Milhões
2009	289 Milhões	155 Milhões
2010	299 Milhões	171 Milhões
2011	340 Milhões	283 Milhões
2012	254 Milhões	153 Milhões

2013	270 Milhões	191 Milhões
2014	331 Milhões	213 Milhões
2015	338 Milhões	289 Milhões
2016	219 Milhões	185 Milhões
2017	447 Milhões	375 Milhões
2018	459 Milhões	380 Milhões
2019	502 Milhões	292 Milhões
2020	439 Milhões	233 Milhões

Fonte: Dados Mundiais

Em relação à importação e às exportações, esse setor tem melhorado muito nos últimos anos, desde os anos de 2000 a 2020, tem crescido muito, contribuindo significativamente na evolução econômica deste País africano.

Quadro 12: Mudança de pontuação 2012-2022

Anos	Pontuações
2012	25 Pontos
2013	19 Pontos
2014	19 Pontos
2015	17 Pontos
2016	16 Pontos
2017	17 Pontos
2018	16 Pontos
2019	18 Pontos
2020	19 Pontos
2021	21 Pontos

2022	21 Pontos
------	-----------

Fonte: Transparency International

Em relação ao índice de percepção de corrupção, segundo Transparency International, em 2022, a República da Guiné-Bissau obteve 21/100 pontos, e figurou na posição 164/180 dos países classificados. Apesar dos sucessivos conflitos políticos e militares, este País africano tem melhorado muito, o que de alguma forma contribui no seu crescimento econômico e desenvolvimento.

As relações de cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a República da China, é de extrema importância, sobretudo para este país africano em desenvolvimento que incansavelmente tem estreitados laços de cooperação com diferentes países ao redor do mundo, em especial a China, à luz dos elementos exposto, foram propostas do presente capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que as teorias das relações internacionais consideradas neste estudo possuem como ponto comum a suposição de que os Estados que compõem o sistema internacional são unidades racionais dotadas de interesses e de percepções acerca do sistema no qual estão inseridas. Em relação ao estabelecimento de arranjos de integração regional e outros arranjos cooperativos (instituições e regimes), estas teorias divergem quanto às possibilidades de estabelecimento de verdadeiros arranjos cooperativos, quanto às potencialidades e os limites desses arranjos e quanto a sua capacidade de condicionar mudanças no comportamento dos Estados.

O neofuncionalismo e o institucionalismo interpretam que existem, sim, motivações adicionais para que os Estados promovam sua adesão aos acordos de integração regional e outros arranjos cooperativos. Em ambos os casos, os Estados também aderem aos arranjos em

função de seu interesse em obter ganhos absolutos que não seriam conquistados pela ação isolada de cada Estado. No caso do funcionalismo, a primeira motivação é a realização de tarefas técnicas que somente podem ser solucionadas mediante a ação conjunta. Contudo, uma vez que a cooperação tenha se originado para a solução de uma determinada tarefa, novos problemas conjuntos vão surgindo e gerando a motivação, quando não a necessidade, de mais cooperação, numa espiral crescente que caracteriza o processo de spillover. A interdependência entre os Estados vai se acentuar, reforçando ainda mais a cooperação. As instituições são vistas pelo neofuncionalismo como mecanismos que coordenam e reforçam a tendência cooperativa.

O institucionalismo concorda com a interpretação realista de que as características do sistema internacional, sobretudo a organização anárquica, são um impeditivo para que se estabeleçam relações cooperativas entre os Estados. Entretanto, argumenta que há ganhos que só podem ser obtidos mediante a cooperação, pois há interdependência entre os Estados e interesses mútuos. Para superar os problemas de ação coletiva que decorrem das características do sistema são criadas as instituições internacionais. As instituições desempenham papéis que minimizam os problemas de ação coletiva, possibilitando a emergência da cooperação. De acordo com o institucionalismo, os ganhos obtidos com a cooperação e os papéis desempenhados pelas instituições condicionariam os Estados em seu comportamento. Uma vez envolvidos em arranjos cooperativos, os Estados tenderiam a desenvolver relações mais pacíficas entre si e conservar sua adesão aos arranjos, uma vez que os abandonando, os Estados sofreriam perdas significativas. Tanto para a interpretação neofuncionalista quanto para a interpretação institucionalista, quanto maior a interdependência entre os Estados, maiores as possibilidades e os incentivos para a cooperação.

A China já se caracteriza como um global trader, uma vez que possui destinos de exportação bastante diversificados. O empenho chinês tem sido o de alcançar também a posição de global player, mediante o estabelecimento de relações mais próximas com países em desenvolvimento do seu entorno regional e de outras localidades geográficas.

No tocante às relações de cooperação sino-africanas abordadas no segundo capítulo do presente trabalho, concluímos que a Cooperação China-África assume duas modalidades: uma multilateral, que abrange o conjunto dos países envolvidos nos Fóruns de Cooperação, e uma bilateral, que concerne ao relacionamento que a China desenvolve com cada um dos países e, esse relacionamento traz ganhos recíprocos para os países envolvidos.

Dentro de uma política voltada para condições duplamente rentáveis a Cúpula do Fórum de Cooperação Sino-africana atraiu o interesse de muitos países africanos, visualizando a

concretização de uma política voltada para o desenvolvimento, crescimento económico e aumento da qualidade de vida das populações envolvidas, rompendo com o passado opressor e exploratório imposto principalmente pelas nações europeias. A China está propiciando um fluxo financeiro e de investimento crescente em África, o que envolve desde ajuda financeira sem condições estipuladas, acordos em educação, assistência médica, exploração mineral, transferência de tecnologia, e treinamento de recursos humanos, a China estende sua influência de forma atrativa e sem os impedimentos e as complicadas exigências dos países desenvolvidos.

Podemos considerar a cooperação que a China possui com os países africanos como sendo benéfica, uma vez que, a China não determina termos para reformas políticas ou económicas na sua assistência. Na verdade, Pequim apresenta uma forma pragmática em suas relações internacionais com base no princípio de igualdade, benefícios mútuos, e não ingerência nos assuntos internos. O Governo chinês, tem incentivado e apoiado as empresas chinesas para que invistam em África, oferecendo para este fim empréstimos preferenciais e créditos preferenciais de compradores, ao mesmo tempo que acolhe as empresas africanas a investir na China, estando a negociar um acordo de promoção e proteção bilateral dos investimentos e um outro de inibição de dupla tributação.

No que concerne às relações de cooperação bilateral entre a China e Guiné-Bissau, estas começaram ainda antes da independência da Guiné-Bissau em relação a Portugal. Estas relações foram e têm sido intensificadas nos últimos anos com visitas e delegações de alto nível parte a parte. a República Popular da China mantém relações diplomáticas com a República da Guiné-Bissau desde os anos de 1960, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram os seus primeiros encontros ainda nesta década, sendo oficializa em 1973 depois da proclamação da independência deste País em relação a Portugal.

Desde então, o gigante asiático tem estreitado e assinado acordos de cooperação com a Guiné-Bissau nas diversas áreas, o que de alguma forma tem gerado um impacto significativo na evolução económica deste País africano. No que tange às vantagens e benefícios do incremento das relações económicas entre os dois países amigos, o incremento das relações económicas entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China podem trazer várias vantagens e benefícios para ambos os países, algumas das principais vantagens incluem:

1. Investimentos chineses: A China como um grande investidor global e com interesse em investir em países africanos incluindo a Guiné-Bissau, tais

investimentos chineses podem ajudar a impulsionar a economia do país, criando novos empregos e oportunidades de negócios.

2. Exportações de produtos guineense: A China como um grande mercado consumidor, sendo assim, pode ser um destino importante para as exportações dos produtos guineense, o que ajuda a aumentar a competitividade e a diversificar a economia do país.
3. Cooperação técnica: A China tem muita experiência em várias áreas, incluindo infraestrutura, energia, agricultura e saúde.
4. Acesso a empréstimos e financiamento: A China oferece empréstimos e financiamento para países em desenvolvimento. Isso pode ajudar a Guiné-Bissau a financiar projetos importantes de desenvolvimento, em especial das infraestruturas.
5. Potencial para turismo: A China é um importante mercado emissor de turistas e pode ser um destino potencial para o turismo guineense. Isso pode ajudar a diversificar a economia do país e criar oportunidades de emprego.

Deste modo, o Incremento das relações econômicas entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China podem trazer várias vantagens e benefícios para ambos os países, incluindo investimentos, exportações, cooperação técnica, acesso a empréstimos, financiamento, e potencial para turismo. Relativamente aos pontos citados acima sobre algumas potenciais vantagens e benefícios do incremento das relações económicas entre a Guiné-Bissau e a China, pode-se dizer que, o acordo de cooperação entre ambos os países nos diversos setores é de extrema importância, principalmente para o país africano, apoio e assistência da China, ajuda de uma forma significativa no crescimento económico e no desenvolvimento da Guiné-Bissau. É de salientar ainda que a República Popular da China, além de ser uma das potências económicas mundiais, é também um dos países mais influentes do mundo e tem assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O crescimento das relações com a China pode ajudar a Guiné-Bissau a aumentar sua influência diplomática no cenário internacional.

A República Popular da China conquistou o seu espaço no continente africano devido a sua forma diplomática diferente da dos países ocidentais e dos Estados Unidos da América, a China baseou a sua relação como o continente no princípio de não ingerência nos assuntos internos, e a sua forma de investir em diferentes países do continente, sem condicionalismo e nem suspensão de crédito em caso de conflitos, o que é muito bom para a maioria dos políticos africanos devido a corrupção que impera nesse continente. Apesar da diversas críticas tanto dos

especialistas internacionais, como dos nacionais sobre o investimento chinês no continente africano, alegando uma estratégia do gigante asiático como intuito de extrair recursos naturais, a China mantém acordos de cooperação com vários países do continente, no acordo, ambos têm interesse, a China tem os seus interesse e necessidades, e os países africanos da qual mantém acordos de cooperação também têm interesse e necessidades, e a própria cooperação é estabelecido com base nos ganhos mútuos, ganha ganha ou em inglês (win-win), acusar a China de aproveitar as fragilidades dos estados africanos para extrair recursos, isso não compactua com a forma com que o País asiático lida com os países africanos, a República Popular da China tem duas modalidades de relacionamento com o continente africano, primeiro, por meio do Fórum de Cooperação China-África, em inglês (FOCAC), Fórum on China-Africa Cooperation, a segunda, é a forma como a China relaciona com cada um dos países africano, isso tem um valor muito significativo sobretudo para os governos destes países, em relação as críticas, próprios líderes africanos devem ser firmes e atentos ao estabelecer um acordo de cooperação, e pedir a revisão desse acordo quando preciso, só assim minimizam as críticas que na maior parte vão para o gigante asiático.

O investimento chinês é verificável em diversos sectores da vida económica e social na Guiné-Bissau e contribui para o desenvolvimento do país, bem como, para o bem-estar das populações.

Uma das coisas que os líderes africanos precisam saber é que, a África pertence a eles, e para desenvolver esse continente, a iniciativa precisa partir dos próprios líderes deste continente rico naturalmente, mas pobre no que tange ao desenvolvimento. Os financiamentos, doações, empréstimos, etc, são válidos, mas se os líderes não tiverem a vontade, maturidade e capacidade de desenvolvimento, a África vai continuar como está, ou até pior ainda, a manipulação se dá por imaturidade e incapacidade do oponente, sendo assim, os líderes africanos precisam tomar iniciativas para o desenvolvimento do Continente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Chris. **China in Africa**. Survival, Londres: ISS, Autumn, 2005.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Económica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

CAMBANCO, Deuinalom Fernando. **Cooperação Sul-Sul e Suas Contradições: Um Estudo Crítico Sobre os Acordos de Cooperação no Setor de Pescas Entre a República da Popular da China e a República da Guiné-Bissau**.

CASSAMÁ, Joel Fernandes. **Análise do Setor da Pesca Artesanal em Guiné Bissau**. Impactos e perspectivas. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/184990/Monografia%20do%20Joel%20Cassam%C3%A1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: [data de acesso].

DESLAURIERS, Jean-Pierre. Pesquisa Qualitativa: dos fundamentos epistemológicos à pesquisa empírica. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. et al. **Planejamento da pesquisa qualitativa**. 2ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A Pesca Construindo Sociedades**. Disponível em:

<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/A%20pesca%20construindo%20sociedades.compressed.pdf>. Acesso em: [data de acesso].

Encontro do Wang Yi com a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Suzy Barbosa. Disponível em:

https://www.fmprc.gov.cn/web/wjzbzd/202112/t20211202_10461146.shtml?fbclid=IwAR3hfq0Rdg%20btqIFW5GH9JAGrm7YxjXjfS6KuzBXnim4jD9MAMWvoqetNZ20. Acesso em: [data de acesso].

Entrevista do Embaixador da China na Guiné-Bissau aos órgãos de comunicação local, GuoCe. Disponível em:

http://gw.chinaembassy.gov.cn/por/xwdt/202201/t20220104_10478738.htm. Acesso em: [data de acesso].

Entrevista do Embaixador da Guiné-Bissau na China a Grupo de Mídia chinesa.

Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/videos/noticias/3325/20211202/719009.html>. Acesso em: [data de acesso].

ESCLUDÉ, Carlos. **Política Externa**: as exigências da coerência. Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 53, São Paulo, 1997.

ESTEVES, Dilma. **Relações de Cooperação China-África**: O caso de Moçambique. São Paulo: Editora Almedina, 2008.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. **Regionalism in World Politics**; Regional Organization and International Order. New York: Oxford University Press, 1995.

FMI. **Documento de Estratégia Nacional para Redução da Pobreza**. Disponível em:

https://fecong.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf. Acesso em: [data de acesso].

- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GRIECO, Joseph. Systemic Sources of Variation in Regional Institutionalization in Western Europe, East Asia, and the Americas. In: MANSFELD, Edward D.; MILNER, Hellen (eds.). **The Political Economy of Regionalism**. New York: Columbia University Press, 1997.
- GRIECO, Joseph. Understanding the Problem of International Cooperation: The Limits of Neoliberal Institutionalism and the Future of Realist Theory. In: BALDWIN, David (ed.). **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993.
- GRUPO BANCO AFRICANO PARA DESENVOLVIMENTO. **Perspetiva Económica da Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/paises-africa-ocidental-guinebissau/perspetiva-economica-da-guinebissau#:~:text=Estima%2Dse%20que%20o%20crescimento,aumento%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20caju>. Acesso em: [data de acesso].
- HAAS, Ernst. **International Integration: the European and the universal process**. London, 1961. v. 15.
- HURRELL, Andrew. **Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, 1995. v. 17.
- HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do regionalismo na política mundial**. London, 1995. v. 17.
- INFANDE, B. **A Política Externa da República Popular da China para a República da Guiné-Bissau: Uma análise Desenvolvimento a partir da Cooperação para o Investimento em Infraestrutura**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33165>. Acesso em: [data de acesso].
- INFANDE, Beto. **Relações Econômicas e Comerciais entre a China e o Continente Africano: O Caso da Guiné-Bissau na Área de Infraestrutura**. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1916>. Acesso em: [data de acesso].
- JANSSON, Johanna; KIALA, Carine. **Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead**. Coming publication, Centre for Chinese Studies, 2009.
- JATOBÁ, Daniel. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- JAU, Mussa. **A China e a Extração Abusiva e Ilegal de Madeira na Guiné-Bissau (2012-2014): Uma análise crítica da relação sino-guineense**. Disponível em: https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3021/1/2022_arti_mussajau.pdf.
- KEOHANE, Robert O. **Instituciones Internacionales y Poder Estatal: Ensayos sobre Teoría de las Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Poder e Interdependência: La Política Mundial en Transición**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

KNOEMA. **Guinea Bissau - Rice (milled equivalent) for food**. Disponível em: <https://knoema.com/atlas/Guinea-Bissau/topics/Agriculture/Domestic-Supply-Food/Rice-forfood>.

M'BBUNDE, Saba Temoteo. **As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento da China e Brasil na Guiné-Bissau: Uma análise em perspectiva comparada**. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/12539/1/dissertacao%20Timoteo%20Saba%20M%20Bunde.pdf>.

MA, Juliano. **Apoio da China aumenta produção de arroz na Guiné Bissau**. 2015. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0507/c310818-8888659.html>.

MANÉ, Elma Pereira. **Uma análise crítica sobre a cooperação Sul-Sul da Guiné-Bissau: Os interesses em jogo na cooperação entre China e Guiné-Bissau**. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2468/1/2020_arti_elmamane.pdf.

MANGO, Silvestre. **Cooperação Sul-Sul, caso da Guiné-Bissau e China: Uma análise da cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em obras e infraestruturas**. Disponível em: https://repositorio.iscte.iul.pt/bitstream/10071/28315/1/master_silvestre_mango.pdf.

Ministros reconhecem importância do fórum entre China e os Países de Língua Portuguesa. Disponível em: http://mz.chinaembassy.gov.cn/por/ssxw/201311/t20131120_6717061.htm.

MITRANY, David. **Funcionalismo e Neofuncionalismo**. 1999.

MITRANY, David. **The functional approach in International affairs**. Vol.24. New York, 1948.

MOREIRA, C.F. **A Pesca**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8784/2/Cristiane%20F.%20Moreira%20A%20PESCA.pdf>.

Nações Unidas. **O FMI prevê o crescimento econômico da Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772332>.

OLIVEIRA, Amâncio J.; SENNES, Ricardo. Teoria Sincrónica da Integração Regional: Matrizes Teóricas e Percepção das Elites. In: **Contexto Internacional**, vol. 23, nº 1, São Paulo, 2001.

PINCHEMEL, E.; MATOS. **Pesca e Aquicultura**. Disponível em: <http://zonacosteira.bio.ufba.br/pescaeaquicultura.html#:~:text=Por%20defini%C3%A7%C3%A3o%20a%20pesca%20C3%A9,comercial%20esportivo%20ou%20de%20subsist%C3%Aancia>.

RIZZI, Kamilla; RAQUEL. **O Grande Brasil e os pequenos PALOP**: política externa para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/54081>.

ROUGHNEEN, S. **Influence and anxiety**: China's role in Africa. ISN Security Watch, 15 May 2006.

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo E. **A China e os "PALOP"**: uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa. Brasília, 2008.

SCHMITTER, Philippe C. **A revised theory of regional integration in international organization**. Vol.24, New York, 1970.

SILVA, Jersey Inácio. **A integração econômica da Guiné-Bissau na UEMOA**. Rio de Janeiro, 2015.

SKOUSEN, Mark. **The big three in economics**: Adam Smith, Karl Marx, and John Maynard Keynes. 2007.

SMITH, B. **Western concern at China's growing involvement in Africa**. London, 2006.

Transparency Internacional. Índice de Percepção de Corrupção. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2022/index/gnb>.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. 1987,

ZHANG, Hong-Ming. A Política Chinesa na África. In: **Abrindo os Olhos para a China**, org. Beluce Bellucci. Rio de Janeiro: CEAA, 2003.

APÊNDICES

Elemento opcional. Colocado após o glossário e constituído de informações elaboradas pelo autor do trabalho, não incluídas no texto. Os apêndices são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.

ANEXOS

Elemento opcional. Colocado após os apêndices e constituído de informações elaboradas pelo autor do trabalho, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. Os anexos são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.